

## ENTREVISTA

João Cezar de Castro Rocha analisa a visão bélica e a retórica do ódio que contaminam o país

## ESPECIAL

A agenda e o discurso do presidente legitimam a violência e coincidem com o avanço do poder das milícias



# Sem vacinação em massa, a economia não decola

Para além da pandemia, políticas econômicas recessivas de Bolsonaro e Guedes aprofundam o desemprego, a quebra de indústrias e a desindustrialização

## EDITORIAL

### Crise econômica, pandemia e retórica das armas

A reportagem de capa da primeira edição do ano do *Extra Classe* aborda a crise econômica que atingiu o país nos anos anteriores à crise sanitária e se acentuou ainda mais com as indefinições no enfrentamento à pandemia, com aumento do desemprego, descontrole de preços, fim do auxílio emergencial, desindustrialização. Uma constatação que perpassa todas as análises de conjuntura: a retomada da economia só será possível com a vacinação em massa.

Na entrevista do mês, João Cezar de Castro Rocha, professor de Literatura Comparada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) analisa o discurso de ódio que capturou o país e o papel das redes sociais nesse fenômeno.

Autor do livro *Guerra cultural e retórica do ódio*, Rocha afirma que existe uma estrutura de pensamento coesa que sustenta o atual presidente da República por meio de uma visão de mundo bélica. "O bolsonarismo não sobrevive sem a invenção constante de inimigos que devem ser expiados em rituais nas redes sociais."

Na editoria Ideias, um balanço do primeiro ano da pandemia, em artigo do epidemiologista e professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenador da pesquisa Epicovid19, Pedro Hallal. "Quais foram então nossos maiores erros para chegarmos a essa situação vergonhosa?", indaga.

A reportagem especial *Uma milícia para chamar de sua* investiga a infiltração da lógica miliciana nas estruturas de poder do Estado. No Rio de Janeiro, por exemplo, a milícia há muito tempo deixou de ser um poder paralelo para se tornar o próprio Estado: a presença dos milicianos avança por 57% da área da cidade e já afeta 2,6 milhões de pessoas, o que equivale a 33% da população urbana.

Completam a edição o movimento dos professores e do Sinpro/RS pela inclusão dos trabalhadores em educação como grupo prioritário para serem vacinados, as decisões judiciais que impedem a reabertura das escolas na bandeira preta, as notícias e ações do Sindicato no ensino privado, além dos colunistas do *Extra Classe*. Na seção Arte +, o legado do músico, compositor e intérprete nativista Telmo de Lima Freitas, recentemente falecido.

Boa leitura!

#### 04 ENTREVISTA

João Cezar de Castro Rocha fala sobre a retórica do ódio

#### 07 IDEIAS

Uma análise da pandemia pelo epidemiologista Pedro Hallal

#### 08 ESPECIAL

A lógica das milícias se expande para as estruturas do Estado

#### 11 WEISSHEIMER

Brasil vive processo de violação massiva de direitos

#### 12 EDUCAÇÃO

Ano letivo na pandemia começa com indefinições

#### 14 ECONOMIA

O custo Bolsonaro, ou a galinha que não voa

#### 18 ENSINO PRIVADO

Sindicato dos professores e representações patronais abrem negociações 2021

#### 23 ROLIM

Pátria: violência e reconciliação

#### 24 ARTE +

Telmo de Lima Freitas, o legado de um xucro poético

### Extra Classe: 25 anos de jornalismo

Esta edição marca os 25 anos de circulação ininterrupta do *Jornal Extra Classe*, veículo de comunicação do Sinpro/RS e que integra o conceito de Sindicato Cidadão, adotado pela entidade no início dos anos 1990. O aniversário será marcado por uma programação comemorativa neste mês de março, com encontros e lives especiais.

Nesta trajetória de jornalismo e cidadania, o *Extra Classe* consolidou seu projeto editorial, com a abordagem de temas atuais da sociedade, dando visibilidade também a pautas de direitos humanos, diversidade, meio ambiente e povos indígenas.

Além da edição impressa, com 25 mil exemplares e circulação mensal desde março de 1996, o *Extra Classe* teve seu espaço e público ampliados em 2014 com o portal [extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br), que já atingiu 3,5 milhões de acessos por ano. Ao todo, o veículo conquistou mais de 40 prêmios de jornalismo.



REDAÇÃO: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Fernanda da Costa, Flavia Bemfica, Flávio Ilha, Marcelo Menna Barreto, Pedro Hallal, Renato Lemos Dalto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283  
[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

Amazônia devastada

Alertas do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicam queda de 70% na destruição da Amazônia em janeiro deste ano. A estimativa é alentadora, mas pode ter sido manipulada, já que nesse período de chuvas boa parte da região está coberta por nuvens. Para os ambientalistas, isso reduz a confiabilidade dos dados levantados por radar. O Inpe registrou alertas em 86 quilômetros quadrados em janeiro contra 284 em janeiro de 2020. Mesmo que se confirme a redução, em dois anos, foram destruídos mais de 11 mil km<sup>2</sup> da floresta e, em dezembro, o desmatamento aumentou quase 14%. Segundo o Inpe, a Amazônia encerrou 2020 com o saldo de 8.426 km<sup>2</sup> com alertas de desmatamento, o segundo maior desde 2015.



Apreensão de madeira no Mato Grosso pela Secretaria de Meio Ambiente

Sua vida pelo mercado

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), gravou um vídeo no dia 25 de fevereiro, em meio ao caos na saúde, sugerindo que os gaúchos sacrificassem suas vidas para manter o comércio aberto. "Dê a sua contribuição. Contribua com a sua família, com a sua cidade, com a sua vida para que a gente salve a economia do município." Uma ação de vereadores do PT cobra na Justiça a responsabilização do prefeito pela aceleração do contágio e afirmam que Melo fez "alianças e opções políticas nefastas", como incentivar as aglomerações, distribuir o ineficaz kit covid com cloroquina e desmontar o sistema de saúde da capital gaúcha.



Sobram vacinas nos países ricos

Antes da reunião virtual dos líderes do G7 organizada pelo governo do Reino Unido, no dia 19 de fevereiro, a Anistia Internacional advertiu que a falha em garantir o acesso global às vacinas representa um desvio moral que acabará prejudicando também os países ricos. "Os líderes do G7 estão dando um tiro no pé ao não garantirem a distribuição igualitária e global das vacinas contra a covid-19", disse Netsanet Belay, diretor de pesquisa e representante da Anistia Internacional.

A promessa de 'reconstruir melhor' soa falsa quando os países do G7 são os principais culpados por bloquear a proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC) de suspender os direitos de propriedade intelectual durante a pandemia. Nenhum país do G7 pressionou os produtores de vacina, os quais foram financiados com grandes somas de dinheiro público, a compartilharem seu conhecimento e sua tecnologia através da Organização Mundial da Saúde (OMS) para, assim, permitirem que mais vacinas fossem produzidas.

Os países do G7, incluindo a União Europeia, compraram mais

da metade (51%) dos insumos de vacina de todo o planeta, ainda que representem apenas 13% da população mundial. Mais da metade (52%) das doses disponíveis já foram administradas nesses países, enquanto 130 outros ainda não aplicaram uma dose sequer.

As nações do G7 forneceram fundos para iniciativas internacionais como a Covax, consórcio de 165 países que visa providenciar vacina para 20% das nações mais pobres, mas bloquearam outras medidas que permitiriam que mais insumos fossem produzidos.

Enquanto a pandemia se tor-

na mais severa e avança entre as nações pobres ou em desenvolvimento, os países ricos têm vacinas de sobra. O Canadá, por exemplo, garantiu doses o bastante para vacinar sua população mais de cinco vezes. Já a França, a Alemanha e a Itália, membros da União Europeia, asseguraram doses suficientes para mais de duas vezes a população de toda a UE. O Japão obteve doses suficientes para vacinar sua população 1,2 vez. As reservas de vacinas do Reino Unido garantem doses para vacinar sua população mais de quatro vezes e os Estados Unidos, mais de três vezes.



Gisèle Lévesque, 89 anos, primeira pessoa vacinada no Canadá, país que garantiu doses suficientes para imunizar sua população mais de cinco vezes

# Retórica do ódio e analfabetismo ideológico



Fotos: Tatiana Ferro

por Marcelo Menna Barreto

João Cezar de Castro Rocha é professor titular de Literatura Comparada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Seu livro *Guerra cultural e retórica do ódio* (Editora Caminhos), lançado no dia 12 de janeiro, é um ensaio escrito em prosa literária que oferece uma descrição inovadora do bolsonarismo. Autor de 13 livros e organizador de cerca de outras 30 publicações, com trabalhos publicados em inglês, alemão, mandarim, espanhol, francês e italiano, Rocha apresenta o que chama de dinâmica própria deste movimento político que tem assolado o Brasil. Para ele, há uma estrutura de pensamento coesa que sustenta o atual presidente da República, através de uma visão de mundo bélica que se expressa em uma linguagem específica: a retórica do ódio. No calor da prisão do deputado federal bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ), Rocha falou ao *Extra Classe*: “Precisamos substituir a retórica do ódio pela ética do diálogo”

**Extra Classe – O senhor afirma que Bolsonaro foi eleito legitimamente para a presidência do Brasil, mas que desde o dia da sua posse tem desconstruído essa legitimidade. Por quê?**

**João Cezar de Castro Rocha** – Esse é um paradoxo constitutivo do projeto bolsonarista. Jair Messias Bolsonaro chegou ao posto máximo da República por meio de eleições democráticas; portanto, no começo de seu governo, possuía uma legitimidade que não deve ser negada. Ora, aceitar a derrota do candidato que apoiamos é condição indispensável do jogo democrático. Em alguma medida, a crise atual principiou com a ação irresponsável do candidato derrotado em 2014, Aécio Neves (PSDB), e suas ações para estorvar o segundo mandato de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, as ações do governo Bolsonaro pretendem destruir o legado da Constituição de 1988 e, para tudo dizê-lo, sinalizam uma pulsão autoritária que é absolutamente ilegítima numa democracia. A condução desastrosa, criminosa até, no enfrentamento da pandemia de covid-19 retirou do governo o fiapo de legitimidade que ainda restava. Um presidente eleito democraticamente torna-se ilegítimo se suas ações atentam contra a democracia: esse é o caso de Bolsonaro.

**EC – Em seu livro mais recente, o senhor também diz que o bolsonarismo se estrutura sob uma visão bélica, expressa na retórica do ódio: a de que o adversário tem que ser eliminado. Ele fala em sobretaxar as redes sociais, que alguns jornais não deveriam circular, etc. É, digamos, um discurso que atinge o lado mais primitivo do ser humano, mas que está presente, não?**

**Rocha** – Esse é um fenômeno transnacional e que favoreceu de forma decisiva a ascensão de governos de extrema-direita em todo o mundo. Já passamos da hora de dizer as coisas pelo nome próprio: a pauta de costumes da Damares Alves não é conservadora, mas reacionária; Jair Messias Bolsonaro não é um político de direita, porém de extrema-direita. O desafio atual envolve outro paradoxo: as

redes sociais são o mais sofisticado meio de comunicação jamais inventado, pois elas propiciam o “milagre da simultaneidade”: uma ação ocorre, é transmitida no exato instante de sua ocorrência, e essa mesma ação é recebida e interpretada enquanto a ação ainda está ocorrendo! E essa interpretação imediata gera novas ocorrências, que têm lugar nas próprias redes sociais. Contudo, essa espiral produz uma violência simbólica que somente cresce: como lidar com essa energia explosiva?

**EC – Como?**

**Rocha** – Eis o paradoxo: a fim de lidar com a tecnologia mais sofisticada, recorre-se ao padrão mais primitivo de todos: o mecanismo do bode expiatório, que permite canalizar o ódio contra um alvo fixo, disciplinando a violência. Repare bem: não é verdade que o bolsonarismo não sobrevive sem a invenção constante de inimigos que devem ser expiados em rituais nas redes sociais?

**EC – Por falar em retórica do ódio, às vezes o presidente fala uma coisa e logo após volta atrás. Isso é uma forma de testar limites?**

**Rocha** – Em alguma medida, sim; limites serão constantemente testados, pois o projeto bolsonarista pretende impor uma “democracia iliberal” ou uma “democracia”, conceito preciso proposto por Ruy Fausto. Em outras palavras, o projeto bolsonarista implica lançar mão de instituições democráticas – eleições livres, liberdade de expressão, imunidade parlamentar, etc. – para destruir a democracia desde seu interior.

**EC – A famosa história do autogolpe...**

**Rocha** – Sim. Precisaremos estar constantemente atentos e fortes: a forma do bolsonarismo é o golpe, no caso, um autogolpe, como, aliás, já ocorreu na história republicana. Em 1937, Getúlio Vargas impôs a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) por meio de um autogolpe, pois ele já era presidente. A seu modo, a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, incluía um arriscado cálculo de retorno nos braços do povo e, por

isso, com poderes autocráticos: um autogolpe, pois. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), após o impedimento do general Artur da Costa e Silva, por motivo de doença, em agosto de 1969, o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de assumir a presidência. Os ministros das três Forças Armadas assumiram o poder de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, quando a Junta foi substituída pelo general Médici, em cujo governo a repressão alcançou níveis só comparáveis aos piores momentos do Estado Novo. Portanto, o autogolpe não é exceção na cultura política nacional... Eis o projeto bolsonarista!

**EC – O senhor também diz que existe uma coesão no discurso bolsonarista. De fato, o que mais se vê são apoiadores fazendo malabarismo para sustentar as posições contraditórias do presidente. Isso gera desgaste na ponta, no cidadão comum?**

**Rocha** – O bolsonarismo, associado ao ensino de Olavo de Carvalho, consiste num sistema de crenças, com alto nível de coesão interna – e precisamos reconhecê-lo. Ademais, e esse tema é central, embora negligenciado com frequência, a produção de estimulações contraditórias é uma das técnicas mais eficientes na criação de fidelidade canina de fiéis de uma seita a seu guru ou de militantes de uma causa política a seu líder. Deseja uma fonte? O parágrafo 13 do livro *O jardim das aflições* (1995), de Olavo de Carvalho, discute, em 13 páginas muito bem escritas, modos de manipulação psíquica coletiva. Numa expressão: lavagem cerebral! O principal instrumento para acelerar o processo de influenciar corações e mentes? Fornecer doses elevadas de estimulações contraditórias. Um único exemplo? O ex-ministro Sérgio Moro, antes de sair do governo, era o herói da raça, o juiz capa e espada da República; imediatamente após sua saída do Ministério da Justiça, ele se tornou um reles traidor! A estratégia bolsonarista é muito bem calculada.

**EC – Outros elementos da retórica bolsonarista são as suas**

**pautas de costumes e teorias conspiratórias. Isso, aliás, sempre esteve presente em governos de extrema-direita, no Nazismo e no Fascismo, não?**

**Rocha** – De fato, o triunfo eleitoral de Bolsonaro é incompreensível sem a adesão do deputado federal do baixo clero à pauta dos costumes, que ele reuniu a um anticomunismo bolorento de almanaque da Guerra Fria. Na reconstrução que fiz do percurso de Bolsonaro rumo ao Planalto, a junção dos dois elementos foi decisiva. O mais surpreendente: essa junção se materializa pela primeira vez com grande impacto na malograda candidatura de Bolsonaro à presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2011.

**EC – Pode nos lembrar?**

**Rocha** – No discurso do candidato, quais foram os principais pontos de sua proposta? Atacar a Comissão Nacional da Verdade e denunciar o (inexistente) “kit gay”! Em 2011, Bolsonaro havia entendido que precisava ampliar seu perfil, que até então se limitava aos interesses corporativos dos militares e das forças de segurança. A pauta de costumes foi seu passaporte para se apresentar como um político de alcance nacional. Entender esse movimento me parece mais importante do que aplicar rótulos que, no fundo, já foram tão usados que não têm mais força semântica.

**EC – Bolsonaro, nessa reeleitura do discurso fascista, bebe no trumpismo. Como ele consegue sustentar um discurso de nacionalista para a sua base, mostrando tanta subserviência a Trump, batendo continência para a bandeira norte-americana, por exemplo?**

**Rocha** – Reitero um ponto: o bolsonarismo foi muito fortalecido pelo “sistema de crenças Olavo de Carvalho”. Faço questão de ressaltar: trata-se de um “sistema de crenças”. Em outras palavras, a adesão ao projeto bolsonarista é integral e aceita todos os seus termos, ainda que sejam contraditórios. No livro, evoco o conceito de “dissonância cognitiva”, tal como foi desenvolvido por Leon Festinger, para entender o Brasil

## ENTREVISTA

contemporâneo. E proponho um conceito novo: "analfabetismo ideológico".

**EC – O que é analfabetismo ideológico?**

**Rocha** – O analfabetismo ideológico não supõe a existência objetiva de uma dificuldade (no limite da impossibilidade) de interpretar um texto simples – isso para não pensar em formulações complexas, que, para o analfabeto funcional, são verdadeiramente indecifráveis. Pelo contrário, em geral, o analfabeto ideológico tem boa formação, não enfrenta dificuldade alguma para interpretar textos elaborados e, na maior parte dos casos, possui uma boa expressão oral. Seu problema, portanto, não é de ordem cognitiva, porém política: ele reduz o mundo, qualquer texto e todas as informações que recebe ao papel de simples projeção de suas concepções políticas. O resultado é a ágora impossível do Brasil pós-político: o caos cognitivo bolsonarista.

**EC – A respeito do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). Em seu livro, o senhor diz que a visão bolsonarista busca a atualização da Lei de Segurança Nacional (LSN) em tempos democráticos. Não é uma ironia ele ter sido preso e denunciado com base na própria LSN gerada no período ditatorial?**

**Rocha** – Mas, atenção, todo cuidado aqui é pouco! Analisemos com objetividade os 19 minutos do vídeo que levou o deputado à prisão. Perceba-se a espiral da violência verbal: à medida que o vídeo avança, a agressividade somente cresce e a tal ponto que o próprio deputado "esclarece" duas vezes que está exaltado. A metáfora a que recorre é reveladora (e inaceitável): literalmente, a "surra" que seria aplicada aos mi-

nistros do STF pelo "povo" evoca e sugere nada menos do que um linchamento! O meio mais primitivo que se conhece para disciplinar a violência gerada pela mesma linguagem empregada pelo deputado. Não é tudo: o ataque frontal ao Judiciário é parte da estratégia golpista que define a forma do bolsonarismo. Se o STF for manietado, a *democratura* estará instalada. E há mais: a mentalidade de Bolsonaro foi definida pela LSN de setembro de 1969, a lei vigente na época de sua formação militar, que ocorreu entre 1974 e 1977. Na LSN de 1969, a palavra morte aparece 32 vezes! E a pena de morte é prescrita em 15 artigos! Mais do que uma LSN, trata-se de um culto à morte. Qual a base da LSN de 1969? A ideia de que o mundo se divide entre os meus e os que me são próximos ou cúmplices, e todos os outros são vistos como *inimigos internos* que devem ser eliminados. Não há aí uma definição completa do bolsonarismo?

**EC – Por que o bolsonarismo não deve ser visto como caricato?**

**Rocha** – Se não vejo mal, esse equívoco preparou o caminho para o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 e pode até favorecer sua reeleição. Escrevi meu livro precisamente para passar da caricatura do personagem Bolsonaro à caracterização do bolsonarismo. Precisamos esquecer a figura do presidente; não podemos ser reféns do bolsonarismo e passar quatro anos em disputas narrativas que somente mantêm a retórica do ódio em plena circulação. Sejamos modestos, no fundo, realistas: os bolsonaristas são mestres na fabricação de fatos alternativos, *alternative facts*, e na difusão de notícias falsas (*fake news*). E eles estão muito à frente

O bolsonarismo não sobrevive sem a invenção constante de inimigos que devem ser expiados em rituais nas redes sociais

na manipulação das redes sociais e, sobretudo, do WhatsApp.

**EC – Nessa lógica, como caracterizar o bolsonarismo?**

**Rocha** – Trata-se de movimento político de massas, com incomum capacidade de instrumentalizar o ressentimento coletivo e a pulsão antissistêmica, mantendo seus apoiadores em estado de mobilização permanente por meio da retórica do ódio e da invenção de inimigos em série. É um movimento não somente autoritário, como também fundamentalista, já que não admite a presença da alteridade, pois todo aquele que não seja espelho das convicções do líder torna-se inimigo interno a ser imediatamente eliminado.

**EC – No livro, o senhor aponta um paradoxo que anuncia um colapso nessa história toda: o êxito do bolsonarismo significa o fracasso do governo Bolsonaro. Por quê?**

**Rocha** – O êxito incontestável do bolsonarismo conduz ao necessário fracasso do governo Bolsonaro. Eis o paradoxo da guerra cultural bolsonarista, como a interpreto: sem seu tempero, o bolsonarismo não consegue manter as



massas digitais em mobilização permanente; com a ubíqua guerra cultural, porém, não é possível administrar uma realidade complexa como a brasileira, pois a busca constante de inimigos desfavorece a consideração de dados objetivos. Infelizmente, a crise mundial de saúde, provocada pela covid-19, somente acentuou o inevitável colapso produzido por uma mentalidade conspiratória à frente de um país com as dimensões continentais do Brasil. Desvelar o paradoxo do bolsonarismo é o propósito do meu livro, a fim de superar os impasses criados pelo movimento bolsonarista e sua instrumentalização do ressentimento.

**EC – Como superar tudo isso?**

**Rocha** – Precisamos substituir a retórica do ódio pela ética do diálogo. Em lugar do desejo perverso de aniquilação do outro, visto como inimigo a ser eliminado, vale apostar no reconhecimento do outro como um outro eu – e precisamente a diferença amplia meu horizonte existencial, enriquecendo minha visão do mundo. Afinal, 2022 é logo ali, quase já, e o que realmente importa não é derrotar Bolsonaro, porém superar o bolsonarismo.



Com esse distanciamento, a gente nunca esteve tão perto

[WWW.SINPRORS.ORG.BR](http://WWW.SINPRORS.ORG.BR)

DIREITOS

SAÚDE

SERVIÇOS

NOTÍCIAS

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

# O Brasil não é para principiantes

A frase de Tom Jobim ilustra os sentimentos de perplexidade, impotência, tristeza e indignação que sinto ao redigir este texto. Escrevo esta coluna no dia 15 de fevereiro de 2021. Exatamente um ano atrás, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicava seu 26º relatório sobre o coronavírus, contabilizando 50.580 casos confirmados de covid-19 no mundo, sendo 50.054 (99,0%) deles na China. O número de mortes era de 1.526. É justo mencionar que ninguém poderia imaginar o que estava por vir. Mas é também necessário lembrar que já se sabia que não se tratava de uma “gripezinha”. No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS classificou o coronavírus como emergência internacional de saúde pública, e no dia 11 de março de 2020, como pandemia.

Em 15 de fevereiro de 2021, já eram mais de 109 milhões de casos confirmados no mundo e mais de 2,4 milhões de mortes. Em números absolutos, o Brasil era o terceiro país com mais casos e o segundo com mais mortes. Alguns “patriotas” gostam de dizer que o Brasil é o sexto país mais populoso do mundo e, portanto, é normal que esteja entre aqueles com maior número de óbitos. Quando as mortes são ajustadas para o tamanho da população, o Brasil é o 27º com maior mortalidade no mundo, com 1.121 mortes para cada 1 milhão de habitantes. Devemos comemorar esses números? É claro que não.

Vamos comparar o Brasil com os BRICS, agrupamento de cinco países emergentes que, juntos, representam 42% da população e 23% do PIB. Na Índia, a mortalidade por 1 milhão de habitantes é de 112, dez vezes menor do que no Brasil. Na Rússia, são 552 mortes por 1 milhão de pessoas, metade do observado no país. Na África do Sul, são 801 mortes por 1 milhão de pessoas. Na China, as estatísticas oficiais mostram três mortes por 1 milhão de pessoas. Somos disparadamente o pior entre os BRICS.



Hospital de Campanha Gilberto Novaes, de Manaus, recebe primeiros pacientes graves de covid-19, em abril do ano passado. Em janeiro de 2021, viria o colapso do sistema de saúde na capital amazonense com a falta de oxigênio

Agora vamos nos comparar com a média mundial. Notem que não estou falando da Nova Zelândia, Coreia do Sul, Austrália, Vietnã, ou Cingapura, exemplos positivos no enfrentamento do coronavírus. A população brasileira, de mais de 210 milhões de pessoas, representa 2,7% da população mundial. Até o dia 15 de fevereiro, o Brasil registrava 239.294 vidas perdidas para a covid-19. Tivéssemos 2,7% das mortes, o que seria esperado, dado o tamanho da nossa população caso tivéssemos um desempenho igual à média mundial no enfrentamento da pandemia, seriam 65.146 vidas perdidas.

Isso mesmo, 174.148 brasileiros perderam a vida porque somos piores do que a média mundial. Em outras palavras, sete de cada 10 mortes por covid-19 no país poderiam ter sido evitadas se tivéssemos na média mundial. Não por acaso, o Instituto Lowy, da Austrália, colocou o Brasil como o pior país no enfrentamento da pandemia, ao analisar 98 nações. Em termos de testagem, o Brasil ocupa a “honrosa” 117ª posição, com apenas 134 testes para cada 1 milhão de habitantes.

Na recém-iniciada corrida da vacinação, o Brasil imunizou, até o dia 15 de fevereiro, 2,4% da população. Em Israel, 74% da população foi vacinada até a mesma data. Novamente, os “patriotas” reclamariam da comparação, visto que Israel é menor do que o Brasil. Mas os Estados Unidos, com mais de 330 milhões de habitantes, vacinaram 16% da sua população no mesmo período, 6,6 vezes mais do que o Brasil.

Quais foram então nossos maiores erros para chegarmos a essa situação vergonhosa?

**1. Baixa testagem:** a testagem em larga escala ajuda a identificar precocemente os casos, evitando a transmissão do vírus.

**2. Não rastreamento de contatos:** no Brasil, a vigilância não questiona aos positivos sobre sua rede de contatos nos dias anteriores. Se fizesse isso, tais pessoas poderiam ser isoladas e testadas, evitando a transmissão do vírus.

**3. Negacionismo presidencial:** ao chamar a covid-19 de uma “gripezinha”, ao idolatrar tratamentos sem comprovação científica, ao questionar a efetividade do distanciamento social, ao desin-

formar em relação à vacinação, o presidente da República influenciava negativamente a opinião de seus apoiadores.

**4. Invisibilidade e inoperância do Ministério da Saúde:** depois da saída precoce dos ministros que defendiam ações baseadas em evidências científicas, o Ministério da Saúde esteve invisível e inoperante durante a pandemia, ignorando os avisos da ciência e das autoridades em saúde, cortando o financiamento de pesquisas e transformando a campanha de vacinação em uma disputa eleitoral.

**5. Narrativa falsa de um dilema “saúde pública x economia”:** desde o princípio da pandemia, o governo federal, grupos de empresários e parte da população disseminaram que havia uma encruzilhada: proteger a saúde pública ou proteger a economia. Esse dilema nunca existiu: evitar mortes é a melhor estratégia para a saúde pública e, também, para a economia, como nos ensinaram as pandemias vividas no passado.

Realmente, o Brasil não é para principiantes. E muito menos, o cargo de presidente da República.

# Uma milícia para chamar de sua



Foto: Redes Sociais/ Reprodução

No Rio de Janeiro, as milícias não são mais um poder paralelo, mas o próprio Estado

por Flávio Ilha

*Discurso de legitimação da violência e contra o estado democrático de Direito, flexibilização das regras para porte, posse e vendas de armas e munições e redução dos poderes dos estados sobre as forças de segurança, com mais autonomia das polícias militares. São cada vez mais nítidas as relações das milícias com a estrutura institucional do país, em uma estratégia de armar ostensivamente a militância ideológica que apoia o governo e incentivar atos antidemocráticos, com o objetivo de minar o processo eleitoral de 2022*



No dia 17 de fevereiro, Edson Rosa, 50 anos, de mulhetas, segurava uma placa de rua com o nome da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ), assassinada em 2018 em uma emboscada planejada por milicianos. Rosa, que usa uma prótese na perna direita, estava em frente à sede da Polícia Federal (PF) do Rio de Janeiro, para onde fora levado, na noite anterior, o deputado federal Daniel Silveira (PSL/RJ) – preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, por incitar atos violentos contra ministros da Corte e defender, entre outros crimes, a volta do AI-5 e a destituição sumária de todos os integrantes do Supremo.

O episódio da prisão de Silveira é emblemático do avanço paulatino das milícias sobre o Estado brasileiro. O deputado foi preso após postar um vídeo de 19 minutos em que ofende ministros do STF, incentiva agressões físicas aos magistrados, defende a restauração do AI-5 – principal instrumento de exceção da ditadura militar que

governou o país entre 1964 e 1985 – e desafia um repertório de palavras direcionadas à Corte.

Silveira é ex-PM no Rio, tem uma ficha recheada de prisões e advertências e foi eleito em 2018 graças à sua proximidade com a família Bolsonaro: ele ficou célebre por quebrar uma placa de rua que homenageava a vereadora Marielle Franco.

Não por acaso, o Rio é a base eleitoral tanto de Bolsonaro quanto de Silveira. Segundo pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (Geni), da Universidade Federal Fluminense (UFF), um quarto dos bairros cariocas já é dominado por milícias – em termos territoriais, a presença dos milicianos avança por 57% da área da cidade. E já afeta 2,6 milhões de pessoas, ou 33% da população urbana.

Para o sociólogo José Cláudio Alves, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o poder das milícias ultrapassou a gestão de mercados informais, como transporte e venda de gás,

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil



O vereador Marcello Siciliano (PHS), investigado nas execuções de Marielle Franco e Anderson Gomes, mantinha negócios com a milícia do Rio

além de segurança privada, para desembocar no acesso ao poder político, convertendo esse controle territorial em poder, seja no âmbito legislativo, seja no executivo. “Uma área dominada por milícias ao longo dos anos se torna um nicho eleitoral”, pondera.

A relação com as polícias é o elo inicial. De acordo com Alves, a aliança entre legisladores e mi-

licianos é uma herança política de vereadores e deputados ligados a grupos de extermínio nos anos 1990. “Em nome do combate à criminalidade, a polícia sempre matou gente pobre aos baldes. Isso sempre ocorreu. O que nós temos agora é um escancaramento disso com o bolsonarismo e a transformação dessa retórica em plataforma política”, esclarece.

## Avanço miliciano para as estruturas do Estado

Os números do Geni/UFF, o qual teve colaboração do *datalab Fogo Cruzado* com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, se referem a 2019 e tomaram como base as ligações ao Disque-Denúncia – do total de chamadas, 37,8 mil mencionavam casos envolvendo milícias. Alves diz que as milícias deixaram a condição de “poder paralelo” para se transformarem no próprio Esta-

do. “Sem essa conexão direta com a estrutura institucional, não haveria milícia”, argumenta.

Chama a atenção o avanço rápido do poder miliciano, que já ultrapassou facções tradicionais no universo carioca desde os anos 1990, como o *Comando Vermelho* e o *Terceiro Comando*. O coordenador do estudo, Daniel Hirata, diz que a influência das milícias

se expande para as regiões mais periféricas do Rio de Janeiro e região metropolitana, especialmente a Baixada Fluminense. “São áreas muito mais populosas que as regiões urbanas dominadas pelo tráfico. O avanço nos últimos dez anos foi avassalador”, diz.

Pelas suas características territoriais, as áreas de milícia são também celeiro para a emergência

de lideranças populares, incluindo aí evangélicos vinculados ao fundamentalismo religioso. “O poder e a consolidação das milícias são ocasionados por um acúmulo de dinâmicas econômicas e sociais que aglutinam múltiplas faces ao longo de décadas. Vai do discurso que legitima a violência, no estilo *bandido bom é bandido morto*, até os projetos de armar a população”, completa.

## Quadrilhas civis armadas

Antes da prisão do deputado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou quatro decretos que facilitam e ampliam a posse e porte de armas por pessoas comuns. Especialistas têm dito que as medidas, as quais passam a valer dentro de dois meses, devem favorecer a formação de quadrilhas civis armadas.

Pelos decretos, aumenta de quatro para seis o número de armas que podem ser adquiridas por qualquer cidadão brasileiro. Também determina que o porte vale para, simultaneamente, dois arma-

mentos, além de ampliar a compra de munição para caçadores, atiradores e colecionadores. Os chamados CAC poderão comprar cinco (coleccionadores), 15 (caçadores) e 30 unidades (atiradores).

Um relatório recente produzido pelos institutos Igarapé e Sou da Paz, ambos do Rio de Janeiro, mostrou um aumento de 65% no volume de armas legais nas mãos de civis no período de dois anos em que Bolsonaro está no poder. Em números absolutos, a legislação armamentista do governo colocou nas ruas quase 500 mil armamen-

tos letais – fazendo uma conta simples, foram legalizadas, em média, 685 armas por dia na atual gestão federal.

Maria Stela Porto, do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da Universidade de Brasília (UnB), acredita que há um risco concreto, a partir dos quatro novos decretos de Bolsonaro, de se armar ostensivamente a militância ideológica que apoia o governo e incentivar atos antidemocráticos logo mais à frente – ela mira, inclusive, o processo eleitoral de 2022.

“Os decretos são um enorme

retrocesso. No caso das milícias, a legislação vem colocar lenha na fogueira porque a gente sabe que esses grupos vão se beneficiar da flexibilização, levando em conta que muitos dos milicianos são ou foram policiais”, diz. E no campo da política, o risco, segundo ela, é real. “Os decretos significam armas nas mãos, principalmente, de pessoas ligadas ao bolsonarismo. Então, é mais um fator a se ser levado em conta no caso de derrota eleitoral (em 2022). Isso é uma coisa bastante preocupante, bastante séria”, opina.

## Ligações com o poder

Outro caminho que tem pavimentado a influência miliciana no país é a intenção de Bolsonaro em aumentar a autonomia das polícias militares – uma invenção da ditadura que governou entre 1964 e 1985 – em relação aos governos estaduais. O projeto, que altera a lei orgânica das PMs, está em discussão no Congresso. Autor do livro *A República das milícias: dos esquadrões da morte à era bolsonarista* (Todavia, 2020), em que esmiúça as relações do crime com o poder no Brasil, o jornalista Bruno Paes Manso aponta o descontrole das polícias como fator de desequilíbrio da violência política.

“Quanto mais tolerantes os governos são com a violência policial, maior é a chance de ver as forças policiais agirem contra o Estado de Direito. A polícia deixa de ser uma instituição de controle para ser protagonista do crime, isso é um risco real e urgente. Não é por acaso que vemos as polícias batendo recordes de mortes nos últimos anos, é o maior sintoma de que os governos estão perdendo o controle sobre os policiais. Institucionalizar isso agora é muito grave”, critica.

No livro, Paes Manso dissecou a crescente representatividade das milícias na vida institucional do país – leia-se, no poder – e faz uma ligação direta com o clã presidencial a partir da eleição do atual senador Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ) para a Assembleia Legislativa carioca em 2002.

“A ligação entre Bolsonaro e as milícias é ideológica. Ambos são contra a modernidade, são contra os debates de teor democrático, são reacionários e, sobretudo, defendem a violência como solução, independentemente das leis e do Estado de Direito”, argumenta.

Em dado momento do livro, Paes Manso conta como o ex-assessor de Jair Bolsonaro Fabrício Queiroz, então articulador da base eleitoral do atual presidente na Baixada Fluminense, “levou o garotão imberbe (Flávio Bolsonaro tinha 22 anos à época) e criado na Tijuca para pedir votos nos batalhões policiais”. Eleito, Flávio levou Queiroz para dentro de seu gabinete em 2007, junto com familiares de outros milicianos da região – entre eles, mãe e irmã de Adriano da Nóbrega, tido como o maior bandido do Rio de Janeiro e morto de forma suspeita no interior da Bahia, em 2019.

“Flexibilizar as regras para porte, posse e venda de armas e reduzir o controle dos homicídios cometidos pela polícia. Se eu tivesse que pensar em duas mudanças legislativas para facilitar a vida dos paramilitares no Brasil, essas estariam em primeiro lugar. Não apenas porque a venda de armas e munições é fonte complementar de receita dos milicianos, mas também porque os homicídios têm sido um dos principais instrumentos de poder desses grupos”, diz o jornalista em seu livro.

A gravidade da estratégia de



Foto: Editora Todavia/ Divulgação

Bruno Paes, autor do livro *A República das milícias*: “A ligação entre Bolsonaro e as milícias é ideológica”



Foto: Acervo Pessoal

“Uma área dominada por milícias ao longo dos anos se torna um nicho eleitoral”, pondera Alves, sociólogo da UFRJ

Bolsonaro e o risco de uma guerra civil como resultado da política armamentista do presidente alarmaram o ex-ministro da Segurança Pública e da Defesa no governo de Michel Temer, Raul Jungmann, que enviou um alerta ao STF. “Ao longo da história, o armamento da população serviu a interesses de ditaduras, golpes de Estado, massacre e eliminação de raças e etnias, separatismos, genocídios e de ovo de serpente do fascismo

italiano e do nazismo alemão”. Para Jungmann, não há qualquer ameaça, “real ou imaginária”, à liberdade dos brasileiros que justifique as medidas. “É inafastável a constatação de que o armamento da cidadania para ‘a defesa da liberdade’ evoca o terrível flagelo da guerra civil, e do massacre de brasileiros por brasileiros, pois não se vislumbra outra motivação ou propósito para tão nefasto projeto”, diz.

## Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

**sinprosaúde**



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Brasil vive processo de violação massiva de direitos

*Está em curso no país, desde o início do governo Bolsonaro, um processo massivo de violação de direitos em todas as dimensões: direitos humanos, sociais, trabalhistas, ambientais e culturais. Na verdade, é a própria ideia de direito que está sob ataque*



Foto: Ednubia Ghisi/ Fotos Públicas

“Diante de um governo negacionista em relação à pandemia e com uma política econômica que despreza a vida das pessoas, a solidariedade tornou-se um fator de sobrevivência para milhões de brasileiros”

No início da tarde de 20 de fevereiro, um sábado, recebi uma mensagem da Morgana Alves pelo *WhatsApp*. Morgana Alves é transsexual, mãe de santo e dirige o Centro Africano Santa Luzia, localizado no Jardim Cascata, uma comunidade pobre do bairro Glória, em Porto Alegre. Era um pedido de socorro urgente. Em torno de 15 famílias da comunidade estavam passando fome, sem nada para comer. O Centro Santa Luzia já ajuda, contou Morgana, cerca de 80 famílias, com alimentação e atividades educacionais e recreativas para as crianças, além de abrigar meninas e mulheres em situação de rua. Mas o número de famílias em situação de miséria é

extrema, relatou. Não para de crescer. Nas mensagens enviadas pelo *Whats*, ela resumiu assim a situação na sua comunidade:

“São pessoas que não têm o que comer, o que beber, não têm nada. Estamos nos virando do jeito que dá. As pessoas estão abandonadas, em estado de miséria, passando muita fome. Há crianças que estão tomando apenas chá de manhã, de tarde e de noite. Nós estamos pedindo socorro para ajudar a comunidade”.

A situação descrita por Morgana Alves é uma realidade vivida hoje por incontáveis comunidades de periferia por todo o Brasil. Ao longo dos últimos meses, ela foi ficando cada vez visível nas sinalei-

ras, nas calçadas e nas esquinas de supermercados, onde as pessoas não pedem mais dinheiro, mas um quilo de arroz, de feijão, um litro de leite ou algum outro alimento. O auxílio emergencial, implantado a duras penas pelo governo federal em 2020, ajudou a mitigar um pouco essa realidade, porém o seu término, no final do ano, agravou dramaticamente a situação de milhares de famílias. O Brasil voltou ao mapa da fome.

Diante de um governo negacionista em relação à pandemia e com uma política econômica que despreza a vida das pessoas, a solidariedade tornou-se um fator de sobrevivência para milhões de brasileiros. No decorrer de 2020, movimentos

populares do campo e da cidade, junto com sindicatos (o Sinpro/RS, entre eles), articularam um processo contínuo de doações de alimentos, material de higiene para prevenção contra o coronavírus e outros produtos para essas famílias. Um movimento que, seguramente, prosseguirá em 2021, dado o agravamento da situação sanitária e social no país. Mas não se trata apenas da volta da fome, o que já seria dramático o suficiente. Está em curso no país, desde o início do governo Bolsonaro, um processo massivo de violação de direitos em todas as dimensões: direitos humanos, sociais, trabalhistas, ambientais e culturais. Na verdade, é a própria ideia de direito que está sob ataque.

## Araújo e Damares: capítulo vergonhoso

No dia 23 de fevereiro, um grupo de 62 organizações da sociedade civil brasileira divulgou uma nota denunciando o pronunciamento do governo brasileiro, por meio do chanceler Ernesto Araújo e da ministra da Família e Direitos Humanos, Damara Alves, na abertura do 46º Período de sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). “A atuação internacional do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas completou mais um capítulo

vergonhoso”, afirmaram as entidades que contestaram as afirmações de Araújo e Damares sobre como o governo brasileiro está enfrentando a pandemia no Brasil.

“Diferente do que afirmaram perante a comunidade internacional, o Brasil não está fazendo o melhor para enfrentar a pandemia da covid-19. O governo brasileiro é tido como o que tem a pior gestão da pandemia. Negando a gravidade da pandemia, o governo deixou de adotar medidas para proteger sua

população e impedir a propagação do vírus. Com cerca de 2% da população mundial, o Brasil acumula 10% das mortes por covid-19 no mundo”.

As entidades apontam ainda o racismo estrutural que acompanha o processo de vacinação no Brasil, que sequer tem vacinado todos os povos indígenas, quilombolas, ciganos e mais 25 outros grupos e onde a população negra (a qual representa mais da metade da população do país) é a que menos teve acesso à vaci-

na até aqui. Diante desse cenário, pedem a nações do mundo que responsabilizem sua atuação por patrocinar “graves e persistentes violações dos direitos humanos”.

A necessidade de uma campanha internacional massiva de denúncia contra o governo brasileiro é cada vez mais urgente e justificada. Não é mais possível naturalizar ou relativizar o que está acontecendo no nosso país. Estamos sob um governo que é inimigo dos direitos, da Ciência e da vida.



Foto: Igor Sperotto

O retorno às aulas presenciais em meio ao pior momento da pandemia de coronavírus no Rio Grande do Sul e a indefinição do governo quanto à vacinação dos professores mantêm a comunidade escolar sob tensão e criam um impasse em relação ao ano letivo de 2021. Ações judiciais de entidades representativas dos professores e pais suspenderam, no final de fevereiro, as aulas presenciais. E o mês de março começou com muitas incertezas.

“O Sinpro/RS está empenhado em todas as frentes para assegurar a suspensão das aulas presenciais na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental, como determina o decreto governamental. Consideramos que os professores e alunos desses níveis de ensino também têm o direito de não serem submetidos ao risco de contágio em um momento tão crítico da pandemia como esse que estamos vivendo”, pondera Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

O Sindicato vem reiterando a urgência da inclusão dos professores e servidores das instituições de ensino como grupo prioritário para receber a vacina contra a covid-19 como condição para um retorno seguro à presencialidade. “O Sinpro/RS reivindica que os trabalhadores da educação sejam reconhecidos como grupo prioritário para a vacinação, junto com os profissionais de saúde, idosos, indígenas, quilombolas e ribeirinhos”, ressalta.

# Ano letivo na pandemia começa com indefinições

por Fernanda da Costa

*Marcado por tensão e incertezas, o início do ano letivo de 2021 coincide com o momento mais crítico da pandemia no Rio Grande do Sul. Em um cenário de aumento dos casos graves, mortes e hospitalizações que levaram o sistema de saúde para além dos limites de ocupação de leitos de UTI e à classificação de todo o território do estado como de altíssimo risco de contágio, ganha cada vez mais força o movimento de pais, alunos, professores, sindicatos e entidades ligadas à educação que se opõem ao retorno das aulas presenciais na bandeira preta e entendem que somente a vacinação dos professores e demais trabalhadores da educação permitirá um retorno com segurança para todos*

## Tecnologias e proteção à vida

Para a dirigente do Sinpro/RS, os professores da rede privada adquiriram grande experiência com ensino remoto desde o ano passado. Por isso, as tecnologias precisam ser utilizadas para proteger a vida dos profissionais da educação, pais e alunos. “É hora de restringir imensamente a circulação das pessoas, e as aulas presenciais geram um movimento muito grande. O entendimento até pode ser de que as crianças

têm menos possibilidade de contágio, mas para as aulas presenciais, haveria necessidade de profissionais adultos que estariam sujeitos ao contágio cada vez mais intenso”, ponderou. Divulgada pelo *El País*, uma pesquisa da Universidade de Granada, na Espanha, pode ser bem ilustrativa sobre esse alerta: colocar 20 crianças em uma sala de aula implica em nada menos que 808 contatos cruzados em dois dias.

## Bandeira preta

No final de fevereiro, os hospitais gaúchos estavam com lotação acima de 90% nas Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), o que fez o governo estadual estender pela primeira vez a bandeira preta para todo o território. Isso indica uma situação de altíssimo risco de propagação da covid-19 em meio ao esgotamento da capacidade hospitalar.

Mesmo assim, escolas de edu-

cação infantil e turmas de 1º e 2º ano foram autorizadas pelo Palácio Piratini a terem aulas presenciais. E ainda com a possibilidade de colocarem mais de 50% dos alunos em sala de aula. A flexibilização foi liberada em um decreto estadual no dia 15 de fevereiro, o que gerou duras críticas de sindicatos de trabalhadores da educação.

No dia 19, o estado tinha 80,9%

dos leitos de UTI ocupados, índice que passou para 91,4% no dia 25, maior crescimento desde o começo da pandemia, e com indicadores de piora no início de março. “Diante desse cenário catastrófico, a necessidade seria abrir 60 novos leitos de UTI por dia, mas isso jamais será possível”, admitiu a secretária de Saúde, Arita Bergmann.

O Sinpro/RS reiterou à representação das escolas os riscos aos

quais toda a comunidade escolar estaria exposta com o retorno das aulas presenciais. “É urgente que haja bom senso e postura de proteção à vida de professores e de todos os membros da comunidade escolar. O deslocamento destes, inclusive por transporte coletivo, e o necessário compartilhamento de espaços nas instituições devem ser evitados”, alertou em ofício ao Sinepe/RS no dia 25 de fevereiro.

## Ações judiciais

Com base na legislação pertinente e na defesa de interesses coletivos, o Sinpro/RS e a Fetees-Sul ajuizaram ação coletiva no dia 27 de fevereiro, na 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Porto Alegre, requerendo a suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino privado do estado, independentemente de eventual flexibilização de protocolos.

Na rede pública da capital, o Sindicato dos Municípios de Porto

Alegre (Simpa) obteve na Justiça a suspensão total das aulas durante a bandeira preta por se tratar de uma violação do direito à saúde e à vida.

No dia 28 de fevereiro, a 1ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre também suspendeu todas as aulas das redes pública e privada do estado enquanto a bandeira preta estiver em vigor, atendendo a um pedido da Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD) e do Cpers-Sindicato. O Sinpro/RS

foi incluído no processo como assistente litisconsorcial.

“O momento é de sermos razoáveis, e ponderar que o reconhecimento de situação extrema de risco à vida do cidadão é incompatível com a adoção de medidas paliativas de flexibilização, pois no momento temos que considerar que o ritmo crescente das internações é reflexo direto do aumento da circulação do vírus, o que está gerando a maior taxa de contágio

desde o início da pandemia”, anotou a juíza Rada Maria Metzger Kepes Zaman em sua sentença.

O presidente do Sinepe/RS, Bruno Eizerik, lamentou o parecer do TJRS e disse que as instituições de ensino privado são ambientes seguros para as crianças estarem neste momento da pandemia. “A decisão tomada não levou em conta a importância da educação e, muito menos, o que é melhor para nossas crianças”, reclamou.

## Protocolos mais rígidos na educação infantil

Antes da suspensão das aulas pela Justiça, dirigentes de escolas de educação infantil anunciaram protocolos mais rigorosos de segurança para seguir com as atividades presenciais durante a bandeira preta. Na Balão Vermelho, em Porto Alegre, por exemplo, todos os profissionais, ao chegarem na escola, trocavam de roupa e de máscara e mediam a temperatura corporal. E caso algum apresentasse sintomas da covid-19, era imediatamente afastado de suas atividades.

As crianças também tinham a temperatura medida diariamente, e as mãos e os sapatos higienizados assim que chegavam na escola. Se tivessem sintomas, precisavam ficar em casa. “Também não estamos permitindo a entrada dos familiares e dos fornecedores na escola”, destacou a diretora Mariana Cabral Brandão antes da medida judicial.

A professora Juliana Lopes, que leciona para crianças de um a dois anos na Balão Vermelho, contou que elas haviam se adaptado

muito bem aos protocolos. “Eles dão ‘oi’ e já esticam os bracinhos para passar álcool gel e para medir a temperatura. Como é verão, minha turma tem ficado muito no pátio, ao ar livre”, relatou. Sobre os sentimentos em relação à pandemia, Juliana criticou as mudanças constantes de orientação por parte do governo, o que provoca instabilidade emocional nela e em outras docentes. “Uma hora fecha, outra abre. Isso é muito ruim”, completou.

Em outra instituição de educação infantil da capital, a Escola Cotidiana, os protocolos também foram reforçados. A diretora Priscila Gava informou que, antes da bandeira preta, os profissionais usavam máscaras de pano, as quais foram substituídas por modelos N95 adquiridos pela escola. “Já tínhamos um plano de contingência bem rigoroso, tanto que só voltamos ao modelo presencial em novembro e gradativamente, para famílias que optaram por isso. Seguimos com o ensino remoto para os pais que preferem

essa opção”, disse, antes da suspensão das aulas.

Docente dessa escola privada e também da rede municipal de Porto Alegre, Gabriela Vitória Seibel explica que o maior desafio era seguir os protocolos sem perder a essência da proposta pedagógica. Em relação ao que sentia quanto à bandeira preta, afirmou que existe um descaso do poder público com

a saúde física e mental dos trabalhadores da educação. “Tanto na escola particular quanto na pública, gestoras e professoras têm feito tudo o que podem para manterem os espaços o mais seguro possível. Porém, o que está acontecendo à volta preocupa muito. Temos visto uma flexibilização das restrições, independentemente da cor da bandeira”, lamentou.



Foto: Igor Sperotto

Mudanças de orientações do governo quanto aos protocolos geram instabilidade, afirma Juliana Lopes, professora de educação infantil

# Sem vacinação em massa, a economia não decola



por Flavia Bemfica

*Em poucos momentos tanto quanto neste início de ano, representantes de setores antagônicos na sociedade tiveram um entendimento tão linear da situação econômica do país. Da esquerda à direita na política, nos departamentos de economia das universidades, em entidades representativas de empresários ou empregados, entre donos do chamado “dinheiro grosso”, analistas de investimentos, profissionais liberais ou proprietários de pequenos negócios, a avaliação é de que, para além da crise sanitária, a economia vai mal. Que não há o que a coloque de pé sem uma imunização em massa contra a covid-19. E que o governo, ao invés de cumprir seu papel, segue a fazer movimentos que aumentam ainda mais a instabilidade. Em uma expressão usada por economistas para identificar estratégias de governos que dão a sensação de crescimento econômico, sob Bolsonaro o país não experimenta nem o “voo de galinha”*

“Toda discussão de conjuntura passa pelo controle da pandemia. É assustador observarmos um agravamento em um momento no qual se projetava que ela estaria controlada ou, pelo menos, na parte mais baixa da curva. Mas o descontrole nas medidas de circulação e distanciamento e o ‘abrir tudo’ nos fizeram perder em todas as pontas. Perdemos centenas de milhares de vidas, a contaminação aumentou e isso levou a um colapso na economia em geral”, avalia o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior.

“Está muito bem desenhado um cenário bastante difícil à atividade econômica na primeira



metade de 2021. O mundo inteiro passou pela pandemia, mas a forma como lidou com ela foi, de modo geral, muito diferente da nossa. Experimentamos de tudo sem conseguir definir uma estratégia eficiente para salvar a economia. Se a saúde das pessoas vai mal, não tem como a economia ir bem. O novo auxílio emergencial vai fazer com que o tombo talvez seja menor, pode evitar uma recessão, eventualmente algum setor até pode se beneficiar, mas é um efeito que não perdura, não vai fazer deslanchar”, projeta o economista Fabio Bentes, da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo (CNC).

No ano passado, após um abril deprimente, as vendas do varejo começaram a acelerar em maio, turbinadas, conforme os analistas econômicos, por fatores como o auxílio emergencial, a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas e os saques emergenciais do FGTS.

Mas, em dezembro, tradicional mês de bonança em função das compras de Natal, ao invés de seguirem aumentando, elas registraram uma queda de 6,1%, a pior em quatro anos. O auxílio já estava reduzido, o dinheiro da antecipação do 13º havia sido gasto, e o calendário de pagamentos do sa-

que emergencial do FGTS havia terminado em novembro. Segundo Bentes, dezembro, com seus resultados minguaados, já serviu como uma espécie de prévia do que é a economia brasileira hoje sem algum tipo de medida extraordinária para estimular a atividade.

Três meses depois, indicadores negativos se multiplicam. É fato que existem também números a apontar estabilidade, às vezes recuperação, mas, via de regra, relacionadas ao desemprego de setores ou companhias voltados para o mercado externo ou, então, que atendem a uma pequena parcela endinheirada da população, onde a crise não

bateu com a mesma força.

Ante a inexistência de uma política realista para o enfrentamento da questão sanitária, o país voltou a ser assombrado por antigos fantasmas: o empobrecimento das famílias, a desindustrialização, a inflação e o desemprego. “O fato é que não estamos debatendo o modelo da política econômica, porque não há um modelo. São feitos anúncios ao ‘sabor do vento’. Agentes econômicos pensam a longo prazo e precisam de previsibilidade. Não temos isso hoje. Devido à pandemia, sim, mas, também, muito por causa do jeito anárquico no qual o governo opera”, lamenta Fausto Junior.

## Empobrecimento das famílias

Estudos feitos em 2020 já comprovavam que a pandemia do coronavírus só fez aumentar a desigualdade no país. A chegada de 2021 não trouxe mudanças positivas. Em fevereiro, a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medida pela CNC, caiu 0,6% na comparação com janeiro. Em relação a fevereiro de 2020, o tombo foi de 25,3%. O fator de maior influência para o resultado negativo foi o mercado de trabalho. "Não há lastro para o consumo. O que seria o lastro? Um mercado de trabalho em expansão. Mas o que temos é uma taxa de desemprego altíssima: são 14 milhões de desempregados. E temos inflação", explica o economista Fabio Bentes.

Em 2020, foi o auxílio emergencial que, em grande medida, sustentou 'renda' e consumo. Espécie

de unanimidade entre pesquisadores e políticos, ele evidencia, porém, o fosso entre as medidas paliativas transitórias, que ajudaram a turbinar a popularidade do governo, e a inexistência de políticas de combate à desigualdade e distribuição de renda. Em fevereiro, pressionado por uma reedição do auxílio, o governo enviou ao Congresso Nacional uma minuta de PEC na qual, "em troca" de nova rodada do benefício, ressuscitou a velha tentativa do corte em políticas essenciais: propôs a extinção dos gastos mínimos constitucionais da União, dos estados e municípios em saúde e educação.

"O auxílio tem um papel: resolve muito individualmente, faz economias locais rodarem quando o dinheiro não está circulando porque não há investimento. O problema

é que precisamos sair dele para uma política, uma renda básica de cidadania, com mecanismos sistêmicos de distribuição de renda, ou seja, enfrentar a desigualdade social", assinala Fausto Junior. Ele ressalva, contudo, que não há indicativo de que o atual governo vá fazer isso. "Ao 'abrir' o Orçamento, observamos que o dinheiro para financiar as iniciativas que dão mais popularidade sai das políticas sociais, da saúde, da educação. Quando o governo retira dinheiro de uma política social para alocar em outra, está transferindo recursos entre parcelas pobres da população", explica.

"Ao contrário do que muitos afirmam, há muita riqueza financeira no país. Só em posse do sistema financeiro, são R\$ 20 trilhões. Não falta poupança. E não há problema

de rolagem da dívida. Mas, infelizmente, no Brasil, segue forte o pensamento de só reduzir o gasto fiscal, desconsiderando seus impactos. É um grande equívoco", completa o professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Ufrgs Maurício Weiss.



A falta de gestão da pandemia levou a economia ao colapso, diz Junior, do Dieese

## Desemprego, jornadas e salários

Da mesma forma em que manteve a economia girando via auxílio emergencial, o governo federal assegura que outra iniciativa, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, o BEm, evitou a escalada do desemprego. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que se orgulha de ter baixado o custo dos empregos no país, anuncia agora que o programa será retomado.

O BEm tem entusiastas à direita e à esquerda, apesar de suas consequências evidentes, como queda nos rendimentos e fragilização de direitos relativos ao mundo do trabalho. Encerrado em dezembro, ele permitiu acordos individuais e coletivos entre empregadores e empregados tanto de suspensão de contratos como de redução da jornada de trabalho e dos salários em até 70%. As

contribuições para a previdência e o FGTS no período foram reduzidas nas mesmas proporções. Para aderir, as empresas não precisaram comprovar queda na atividade ou no faturamento. Dos salários, parte do que os empregadores deixaram de desembolsar foi compensada por pagamentos feitos pelo Tesouro em contas cadastradas para os empregados. Conforme os números oficiais, o

custo, em recursos públicos, foi de R\$ 33,5 bilhões.

A forma como o governo flexibilizou normas trabalhistas tendo como justificativa a pandemia, entretanto, acabou por chamar a atenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está solicitando informações e esclarecimentos ao governo brasileiro após queixas das centrais sindicais.

## Fuga de investimentos e desindustrialização

Considerado uma prévia do PIB, o IBC-Br, divulgado pelo Banco Central em fevereiro, apontou que, mes-

mo com auxílios e desonerações, a economia do país encolheu 4,05% em 2020. No final de janeiro, a Con-

ferência da ONU para Desenvolvimento e Comércio divulgou que, em 2020, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil somaram US\$ 33 bilhões. Foi uma queda de 51% em comparação com 2019 e o resultado mais baixo desde 2009. Em tempo: os investimentos estrangeiros diretos são aqueles não vinculados à especulação, como expansões de capacidade produtiva de fábricas ou a abertura de filiais.

Quando o tema é o risco da desindustrialização, o ano começou particularmente desanimador. Os dados referentes à produção industrial do Brasil em 2020 mostram que, apesar de em dezembro ter havido alta (a oitava consecuti-

va), no ano a queda foi de 4,5%, disseminada. Nos primeiros dias de janeiro, a Ford anunciou o fim da produção de veículos no Brasil e o fechamento de fábricas em três estados, repetindo estratégia da Sony e da Mercedes-Benz em relação à produção de automóveis. Uma semana depois, levantamento da CNC para O Estado de São Paulo mostrou que, desde 2015, o país registra queda no número de indústrias: 36,6 mil encerraram as atividades no período, sendo que 5,5 mil delas no ano passado. No final de 2014, o Brasil tinha quase 385 mil estabelecimentos industriais. Agora, seriam 348 mil.

Uma semana após o anúncio



Fábrica da Ford em Camaçari (BA): uma das três unidades que a multinacional fechou no país antes de começar a operar na Argentina



da Ford, o presidente do Ipea, Carlos Von Doellinger, em entrevista ao *Valor Econômico*, citando como exemplo a Austrália, defendeu que o Brasil foque em setores econômicos nos quais é mais competi-

vo, como produção de alimentos, mineral e energia, deixando de fomentar a indústria manufatureira. "A Austrália tem características que a distinguem do Brasil, como uma população bem menor, mas

é mito a afirmação de que não existiria indústria forte lá. Eles têm, por exemplo, uma indústria de tecnologia bastante avançada, maior que a brasileira em termos de percentual do PIB. Além disso,

não existe um país desenvolvido no mundo com alta população que não tenha indústria forte. A indústria garante uma quantidade muito significativa de empregos", rebate o professor Weiss.

## Descontrole de preços e inflação

A escalada dos preços, que começou puxada pelos alimentos em plena pandemia em 2020, toma, neste início de 2021, um rumo 'perigoso', na avaliação dos analistas. O mote foram quatro reajustes seguidos no preço da gasolina e três no do diesel entre o início de janeiro e a metade de fevereiro, seguidos pela intervenção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no comando da Petrobras. Na última semana de fevereiro, o Boletim Focus, divulgado pelo BC com as expectativas do mercado, cravou sete semanas de alta nas projeções para o IPCA do ano. O IPCA representa a inflação oficial do país. O Ipea também refez para cima suas estimativas na *Nota de Conjuntura* divulgada ao final do mês.

A aceleração ocorre após um 2020 em que os brasileiros sentiram no bolso alta de 14,09% nos preços de alimentos e bebidas, com disparada em alguns itens básicos, como óleo de soja (103,79%), arroz (76,01%) e batata (67,27%). Em conjunto, alimentação e bebidas, habitação e artigos de residência

responderam por quase 84% da inflação no ano passado. O IGP-M, índice que indica o comportamento da macroeconomia porque, além dos preços ao consumidor, cobre também os do atacado e os custos de construção, fechou o ano com alta acumulada de 23,14%.

De acordo com Fausto Junior, no caso da inflação, há uma diferença determinante entre a situação atual e o passado recente. Antes, o país vivia a chamada inflação de demanda, com preços subindo em função do aumento do consumo. Agora, apesar de as pessoas não estarem comprando, haver queda na renda e no poder aquisitivo das famílias, os preços seguem em alta. É a chamada inflação de custo. Os preços sobem porque há um impulso de custo, relacionada ao câmbio, com desvalorização do real, e a elevação do preço das *commodities* no mercado internacional. "Nesta situação, políticas monetárias do tipo subir a taxa de juros vão ter pouca eficácia, porque deprimem mais ainda a economia, mas não conseguem, de fato, controlar os preços", alerta.



Ao demitir Roberto Castello Branco (foto) e nomear um general para a presidência da Petrobras, no dia 19 de fevereiro, Bolsonaro derreteu R\$ 100 bilhões em valor de mercado da companhia – que teve lucro líquido de R\$ 7,1 bi em 2020



A pandemia aprofundou a desigualdade social. Com 14 milhões de desempregados e inflação em alta, a intenção de consumo das famílias caiu 25,3%



# QUEM TEM PLANO DE PREVIDÊNCIA PODE DEDUZIR ATÉ 12% DA RENDA NO IR.



## SINPRORS

PREVIDÊNCIA

[www.sinprorsprevidencia.com.br](http://www.sinprorsprevidencia.com.br)

INSTITUIDOR

SINPRO/RS

Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO

FUNDAÇÃO FAMÍLIA

PREVIDÊNCIA

# Sindicato dos professores e representações patronais abrem negociações 2021

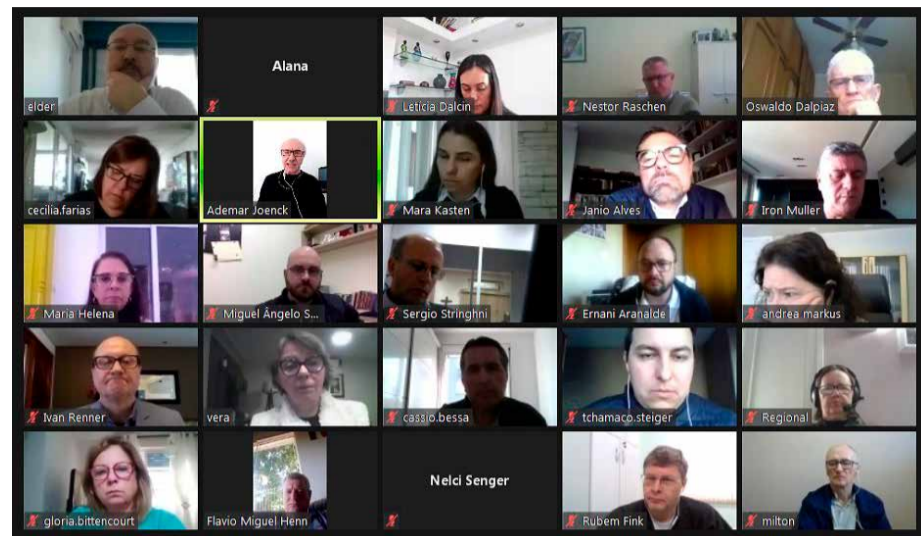
*Tratativas das Convenções Coletivas de Trabalho se darão por nível de ensino, com reuniões semanais. Professores da educação básica definiram pauta de reivindicações em Assembleia no dia 27 de fevereiro. Já os professores da educação superior decidirão sua pauta em Assembleia no dia 6 de março*

por Valéria Ochôa

**A**s negociações coletivas da educação básica e da educação superior deste ano, assim como aconteceu em 2020, se darão em meio à grave crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, ao clima de insegurança e a mudanças nas medidas do governo do estado em relação ao Sistema de Distanciamento Controlado, que impactam na presencialidade dos estudantes e professores nas escolas.

“Estamos em um momento altamente complexo”, diz Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. “Por um lado, temos uma conjuntura sanitária, política e econômica difícil; por outro, os professores trabalhando presencial e remotamente para manter a qualidade do ensino-aprendizado neste contexto. A continuidade da pandemia precariza a empregabilidade, limita a atratividade e as potencialidades da educação e, por consequência, compromete a própria atividade dos professores pela sobrecarga de tarefas e inseguranças de toda ordem.”

Para a direção do Sinpro/RS, a dinâmica de reuniões virtuais com as representações patronais nunca foi impeditiva para a concretização das



Em 2020, negociações foram realizadas de forma virtual durante todo o primeiro semestre

tratativas. “Todos já se adaptaram a essa modalidade. Nossa expectativa, sim, é de que as negociações ganhem um processo mais ágil neste ano. Em 2020, as tratativas se estenderam ao mês de julho.”

**EDUCAÇÃO BÁSICA** – Entre os destaques aprovados pelos professores para a mesa de negociação deste ano, estão a redução de 20% da diferença percentual existente entre os valores hora-aula pagos aos professores dos anos iniciais e os dos anos finais do ensino fundamental, a reposição da inflação aos salários (INPC) e a remuneração aos professores do trabalho extraordinário decorrente do ensino remoto, além de regramento para o uso de imagem dos docentes nas aulas gravadas, entre outros pontos.

“O ano letivo exige dos professores a continuidade do trabalho estendido por conta do ensino a distância. Nossa expectativa é de que a negociação coletiva resulte em uma Convenção Coletiva que reconheça esse trabalho e garanta o direito dos professores em escolas privadas que praticamente não tiveram diminuição dos alunos”, afirma Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

## Negociações se darão com o Sinepe/RS e Sindiman

As negociações da educação básica e da superior irão ocorrer com o Sinepe/RS, com o qual, historicamente, o Sinpro/RS negocia anualmente a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), e o Sindicato das Mantene-

doras das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Sindiman).

Desde 2016, quando as instituições comunitárias de ensino romperam com o Sinepe/RS, até 2020, o Sinpro/RS negociou com o coletivo das instituições comunitárias

um Acordo Coletivo Plúrimo, com validade para as 14 instituições de educação superior (Ices) participantes desse processo. Em 2020, o Ministério da Economia reconheceu o Sindiman como Sindicato patronal, o que dá condições para que o re-

sultado das negociações coletivas seja consolidado na forma de CCTs.

“Estamos tratando de quatro Convenções Coletivas – duas da educação básica e duas da educação superior”, explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

## MOÇÃO PÚBLICA

### Sinpro/RS reforça mobilização pela vacinação dos professores

A Assembleia dos professores da educação básica, realizada no dia 27 de fevereiro, aprovou *Moção Pública*, apresentada pela direção do Sindicato referente às aulas presenciais e à vacinação contra a covid-19.

No documento, os professores criticam o governo federal pelo “desleixo e a omissão no provisionamento de vacinas contra a covid-19 e pela morosidade da

vacinação no país”; e repudiam o Decreto do governo do estado que isentou a educação infantil e os dois primeiros anos do ensino fundamental das restrições às atividades letivas presenciais e às representações patronais “pela defesa desta política”.

“Considerando a gravidade do cenário atual, com a ameaça de colapso total do sistema de saúde, e os riscos continuados de infecção

dos professores em atuação nas atividades presenciais das escolas, a Assembleia ratifica a iniciativa do Sinpro/RS e da Fete/Sul de recurso à instância judicial contra o Decreto do governo do Estado que autoriza aulas presenciais na educação infantil e no primeiro e no segundo ano do ensino fundamental no cenário de bandeira preta”.

Na Moção, o Sinpro/RS “ratifica também a necessidade de imple-

mentação urgente da vacinação dos professores e dos demais trabalhadores da comunidade escolar, bem como de concretização de uma efetiva campanha de vacinação de todos os brasileiros, de forma a dar segurança sanitária, condição indispensável para a recuperação da economia, do emprego e do início da retomada da convivência social”. Acesse a íntegra do texto em [www.sinpro.org.br](http://www.sinpro.org.br).

## Sinpro/RS quer associar mais 1,4 mil professores

O Sindicato dos Professores lançou, no final de fevereiro deste ano, uma campanha de Sindicalização com a meta de associar, até o mês de agosto, mais 1,4 mil professores. Criada pela agência de comunicação D3, a campanha tem como mote a frase "Você usa, você precisa" e pretende evidenciar as situações em que os professores precisaram e puderam usar os serviços do Sindicato, assim como se beneficiaram do resultado da ação do Sinpro/RS, como as Convenções Coletivas de Trabalho.

"O conceito da Campanha trabalha um aspecto importante, que é o benefício que o professor tem na sua carreira, na sua remuneração, por exemplo, e que ele não sabe que essa é uma conquista do Sindicato. Muitas vezes, ele não percebe, mas está usando algo que é resultado do trabalho do Sinpro/RS", explica Fernando Waschburger, publicitário.

**PREMIAÇÃO** – Neste ano, a Campanha retoma um tipo de ação já realizada pelo Sindicato em outros anos: a bonificação dos associados na mobilização pela sindicalização de seus colegas. Serão prêmios especiais de acordo com o número de novos sócios confirmados pela indicação dos professores.

"A sindicalização sempre se deu pelo contato dos diretores do Sinpro/RS com os professores diretamente nas instituições de ensino. Com a pandemia, isso não foi mais possível. Por isso decidimos retomar a campanha de premiação, incentivando os já associados a divulgarem os benefícios de ser sindicalizado", explica Erlon Schüler, diretor do Sindicato.

As premiações variam. Ao sindicalizar cinco colegas, o associado terá direito a uma pasta executiva de couro para notebook. Os que associarem oito novos docentes ganharão um celular *Motorola One Vision*. Já aqueles que sindicalizarem 12 ganharão um notebook Dell.

**DEFESA DOS DIREITOS** – "A pandemia evidenciou ainda mais os desafios da atuação docente. O descumprimento de normas coletivas e da legislação trabalhista neste período mostrou a importância de um



Sindicato atuante de fato. A sindicalização é uma ferramenta que potencializa a atuação do Sindicato para fazer valer as condições adequadas para o trabalho dos professores", destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

O regulamento da ação e mais detalhes da campanha de Sindicalização podem ser acessados no site do Sindicato ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)).

### APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



## Os anistiados políticos e a visão revisional da reforma previdenciária

O processo de reforma previdenciária proposto pelo atual governo não alçou restrições somente no campo da proteção social previdenciária; o faz no âmbito do processo de redemocratização, verdadeira revisão histórica, afetando o largo debate sobre a redemocratização e anistia dos perseguidos políticos, sem sinalizar uma linha sequer sobre torturadores.

A nova visão manifestada pelo governo federal trata a questão dos anistiados políticos, perseguidos e desaparecidos com frieza, insensibilidade e destituindo a função estatal em resposta aos direitos daqueles alijados e exilados de sua mãe-pátria.

Inúmeras demandas no atual governo foram esvaziadas, inclusive a comissão destinada aos desaparecidos políticos, mostrando clara impunidade quanto aos atos passados e desrespeito aos desaparecidos políticos.

Isso fermentou a reforma previdenciária, reduzindo drasticamente o acesso ao benefício, cujos efeitos já estão sendo sentidos hoje em relação às aposentadorias de professores, trabalhadores expostos a riscos e agentes nocivos, atividades insalubres e perigosas.

Não foi diferente com o direito entregue aos cassados, exilados, mortos e desaparecidos da ditadura vivida no século XX: a anistia foi fruto de um acordo tipicamente brasileiro, cujas compensações de lado a lado foram aceitas, em especial a ausência de punição a torturadores e, na reforma do governo Bolsonaro, se faz uma revisão à míngua do debate social.

Como brevemente narrado, não se discute mais a questão dos desaparecidos, aliás, os novos membros alinhados aos torturadores do passado sequer diligenciam o papel entregue a eles junto à comissão. Mais: deveriam ser analisados os processos ainda pendentes, em regra, ou se estabelece instrução infinita, ou simplesmente são indeferidos.

O mais grave está por vir, pois a reforma também indica a necessidade de uma revisão mais profunda, agora destinada à concessão dos benefícios já deferidos, querendo impor limites aos valores das indenizações, senão sua cessação sob alegada eiva de erro, nulidade ou ausência de provas.

Ainda com este viés, foi alterada a redação do Art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a qual, inexplicavelmente, fixa como patamar máximo de pagamento dessas indenizações o teto dos benefícios previdenciários.

Alguém dirá: mas há direito adquirido aos valores deferidos, percebidos e já consolidados!

Lembrando George Orwell, em *A Revolução dos Bichos*, dentre os mandamentos víamos que "nenhum animal matará outro animal", logo a seguir modificam-se mandamentos: "nenhum animal matará outro animal, sem motivo".

Ao que parece agora, até sem motivo, se modificam os pactos sociais.

# IPA fecha 12 cursos, mas não é caso isolado na Rede Metodista

A Rede Metodista no Rio Grande do Sul é formada por um conjunto de instituições educacionais que vivem uma situação muito grave de ameaça à própria continuidade. As coisas chegaram em um ponto que esta é uma cogitação que estamos sempre avaliando: se os estabelecimentos sobreviverão à gravidade da crise em que vivem. É o que pondera Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, que acompanha a crise na Rede Metodista, em especial no Centro Universitário Metodista (IPA), em Porto Alegre.

No último dia 18 de fevereiro, o IPA anunciou o fechamento de 12 cursos de graduação, o que resultou na demissão de 50 professores. A alegação da instituição é de que se trata de medida necessária "para a reestruturação de seu equilíbrio financeiro e a possibilidade de retomada do crescimento

a partir da oferta de um número menor de cursos alinhados à sua trajetória histórica". Os cursos fechados são Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Serviço Social, Comunicação (Jornalismo e Publicidade), Música, Arquitetura, Pedagogia, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Administração e Design.

"Trata-se de uma trajetória longa de decadência e de aprofundamento da crise, que já ocorre há muitos anos, mas começou a ficar mais visível a partir de 2018, quando os professores do IPA fizeram duas paralisações", recorda Fuhr.

"No atual momento, o foco do Sindicato está no pagamento das verbas rescisórias dos demitidos e nos salários pendentes dos que permanecem. Temos absoluta clareza de que esses recursos não serão provenientes de receitas



Foto: Igor Sperotto

Com encerramento de cursos, IPA demite 50 professores

operacionais do caixa da instituição, mas de recursos advindos de desmobilização patrimonial. Sem isso, não tem como pagar. E essas questões vêm sendo discutidas pelo Sindicato com a instituição.

No último dia 3 de março, foram encaminhadas para a instância de conciliação do Tribunal Regional do Trabalho. Infelizmente, não é um processo de solução rápida", completa Fuhr.

## A REDE NO ESTADO E NO PAÍS

Atualmente, a Rede Metodista Sul conta com cinco instituições no estado: Colégio Americano (IMEC) e Centro Universitário Metodista (IPA) – ambos em Porto Alegre, Colégio Centenário e Faculdade Metodista, em Santa Maria, Instituto Educacional Metodista, de Passo Fundo, e Colégio União, de Uruguaiana. Em todo o país, a Rede possui seis instituições de ensino superior: em São Paulo (2), Minas Gerais (2) e Rio

Grande do Sul (2); mais onze escolas de educação básica: em São Paulo (6), Rio Grande do Sul (4) e Minas Gerais (1).

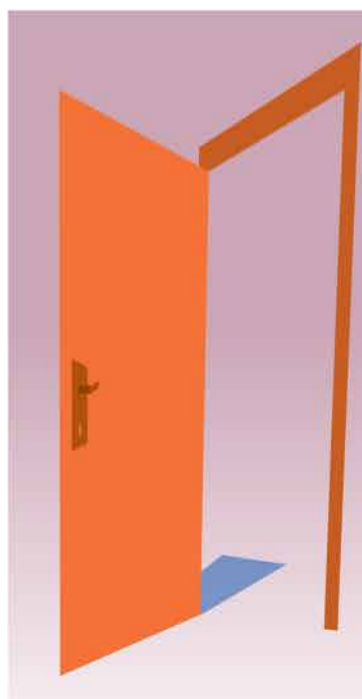
A situação de gravidade não é exclusividade das escolas gaúchas. Os professores da Rede Metodista, em São Paulo, na base do Sinpro ABC e Sinpro Campinas e Região estão em greve por atrasos salariais. A Rede Metodista extinguiu um campus em Santa Bárbara do Oeste, da Unimep,

e fechou o tradicional e pioneiro Colégio Metodista Bennett, no Rio de Janeiro, no ano passado. A escola tinha 133 anos.

Cristiane Gandolf, da direção do Sinpro/ABC, explica: "Em 2020, ficamos recebendo 50% dos salários de abril até dezembro, sendo que março só recebemos em junho. Ainda está pendente o 13°. Recebemos apenas o 1/3 de férias. Em 2021, recebemos 54% do salário de janeiro". Segundo

ela, o FGTS não é depositado desde 2015.

Sobre o fechamento do centenário Colégio Bennett, na capital do Rio de Janeiro, o professor Gustavo Henrique Cornélio, da direção do Sinpro/Rio, esclarece que a realidade é um pouco diferente do restante do Brasil em alguns aspectos. "Nossa escola fechou. Não decretaram falência. Pagarão 2019 e 2020, mas falta o 13° de 2020 e alguns outros passivos".



## Acolhimento, sigilo e atitude. Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



## Unicruz contesta penhora por dívida com banco

Uma decisão de outubro de 2016 da 22ª Vara Cível da Justiça estadual de São Paulo, determinando a penhora de faturamento e bens da Fundação Universidade de Cruz Alta, mantenedora da Unicruz, para assegurar o pagamento de uma dívida com o banco Daycoval, está sendo contestada pela instituição. A Unicruz, que vive um processo de reestruturação nos últimos anos, não reconhece a instituição bancária paulista como credor prioritário, já que existem decisões da Justiça do Trabalho que obrigam a Universidade a privilegiar a quitação de dívidas trabalhistas.

A dívida com o banco paulista, a qual, em valores reduzidos mediante negociações, estaria atualmente em torno de R\$ 1,3 milhão, remonta à crise do ano de 2005, quando a Unicruz sofreu uma intervenção judicial devido a denúncias de corrupção contra o então reitor, Evandro Kruehl, que foi afastado e preso pela Polícia Federal. O processo de reestruturação que se seguiu, com interventores nomeados pelo Ministério Público, foi marcado por acordos judiciais para garantir o pagamento de salários e manutenção da universidade. Enquanto isso, bancos e outros credores seguem em disputa judicial pelo faturamento e pelo patrimônio da instituição.

O caso do banco Daycoval é uma "tentativa de penhora de valores, sem qualquer repercussão na gestão da universidade ou na empregabilidade dos professores", explica o advogado Pedro Sossegolo, assessor jurídico da Fundação. O Sinpro/RS foi acionado "por sua condição de credor privilegiado no campo trabalhista para que preserve e ostente sua condição frente a um credor que não possui nenhum privilégio".

O diretor do Sinpro/RS Amarildo Cenci ressalta que o Sindicato está atuando na mediação com o Ministério Público estadual e Ministério do Trabalho a fim de assegurar a preferência dos professores nos pagamentos de credores pela universidade. "Nos posicionaremos no processo cível no sentido de esclarecer que todo o patrimônio da instituição, bem como parte da receita das mensalidades passíveis de serem utilizadas, dada a situação deficitária que a Unicruz vive, já estão em garantias no processo e acordo judiciais que o Sinpro/RS tem em favor do coletivo de professores. Não há que se falar em cobrança ou penhora de qualquer bem ou bloqueio de percentuais de mensalidades", argumenta o dirigente.

### DIREITOS

## Rescisões contratuais devem ser acompanhadas pelo Sindicato

O Sinpro/RS tem alertado os professores sobre a obrigatoriedade da assistência do Sindicato nas rescisões contratuais em todos os níveis de ensino. "Trata-se de um direito dos professores, garantido pelas Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e superior, escolas de educação infantil exclusiva, escolas de idiomas e nos Acordos Coletivos Plúrimos com as universidades comunitárias," destaca Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS. "É nesse acompanhamento das rescisões que o Sinpro/RS detecta as irregularidades e garante sua correção no ato da homologação".

**WHATSAPP** – Para facilitar a comunicação com os professores, o Sinpro/RS disponibiliza os números de *WhatsApp* dos setores de cadastro, convênios e cobrança do Sindicato. Com a ferramenta, os docentes podem tirar dúvidas, encaminhar documentos e solicitar alterações em seu cadastro, por exemplo. Os números são: cadastro, 51. 4009.2920; convênios, 51. 4009-2930; e cobrança, 51. 4009.2947. As mensagens podem ser enviadas em horário comercial, das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira.

## Cuidando da nossa voz

O mundo mudou, e a forma de comunicar também! Fomos lançados para o digital sem alternativa. Não houve tempo: plataformas, microfones e câmeras entraram em ação na nossa rotina diária. Ensinar a distância mudou hábitos e exigiu novas habilidades. E uma realidade: no online as pessoas fazem mais esforço para falar e falam mais alto.

### CONFIRA 5 DICAS IMBATÍVEIS

#### FAÇA AQUECIMENTO VOCAL

Assim como o corpo precisa ser bem trabalhado para termos saúde, antes da aula é indispensável fazer exercícios vocais para aquecer a voz. Fazer vibrações da língua, dos lábios ou sons nasais por 5 minutos é uma boa opção. Atenção! Seja "gentil". Os exercícios não devem ser feitos com tensão ou esforço.

#### HIDRATE-SE

Beba água antes e durante a aula online. Tenha sua garrafinha perto de você.

#### SUAVIZE SUA EMISSÃO

Perceba se você aumenta o volume da voz ou se faz esforço quando está falando. Como o aluno não está presente fisicamente, a tendência é aumentar a intensidade para compensar a ausência, o que faz com que a voz seja produzida com mais esforço.

#### IDENTIFIQUE ALGUNS SINAIS E SINTOMAS VOCALIS

Se você percebeu alterações na sua voz nesse período, procure ajuda médica e/ou fonoaudiológica o quanto antes possível. Não deixe isso prejudicar seu trabalho, seu bem-estar e sua qualidade de vida.

#### FAÇA EXERCÍCIOS FÍSICOS REGULARMENTE

Faz bem, reduz o estresse e melhora seu condicionamento e sua imunidade.



### Você não está sozinho! Estamos juntos!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de exercícios físicos e muito mais.

A PLATAFORMA SOMOS MOVE: juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida! Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS.

[www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor](http://www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor)



## Aulas somente com segurança, investimentos e vacina

Estamos atravessando o pior momento da pandemia da covid-19 desde março de 2020. As próximas semanas serão muito graves. A educação é uma das áreas mais atingidas pela pandemia. Entretanto, sua crise não é somente de agora, mas proveniente da desaceleração da agenda de políticas públicas para educação básica e superior, descumprimento das metas educacionais (PNE), ausência de coordenação nacional e redução de investimentos do MEC. Para além do necessário distanciamento físico, inclusive nos espaços escolares, produziu-se um falso dilema sobre aulas presenciais no modelo de rodízio/revezamento e a insanidade da obrigatoriedade do retorno presencial. O governo Bolsonaro está aprofundando e ampliando a crise.

Leia a íntegra deste artigo e demais matérias em [www.extraclasses.org.br](http://www.extraclasses.org.br).



Foto: Marcelo Casal Jr./ABR

### LEIA TAMBÉM

#### Sequelas pós-covid preocupam médicos e pesquisadores



Foto: Reprodução/VideoWeb

A demanda em hospitais para tratamento de sintomas e sequelas pós-covid é tanta que já existe quase uma nova especialidade na medicina: a recuperação pós-covid. É o que diz a pesquisadora Margareth Dalcolmo, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

#### Senado votará na próxima semana PEC 186, que dá calote em direitos sociais e entes federados

A auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli afirma: o substitutivo representa uma profunda modificação na Constituição Federal de 1988, transformando-a na constituição do mercado.



Foto: Marcos Oliveira/Ag. Senado

#### Invasão de privacidade na telefonia inferniza usuários

Vazamentos de dados do Serasa, ligações indesejadas, privacidades violadas: usuários de telefonia estão sujeitos diariamente aos mais diversos abusos cometidos por empresas que têm acesso a dados pessoais.

### MAIS LIDAS

Confira as matérias mais lidas em fevereiro:

#### EDUCAÇÃO

**Sinpro/RS ajuíza Ação Civil Pública contra aulas presenciais**

#### EDUCAÇÃO

**IPA fecha 12 cursos de graduação e demite professores em busca de equilíbrio financeiro**

#### SAÚDE

**Sem vacina, estado viverá uma tragédia anunciada**

O cientista Pedro Hallal explica como o Rio Grande do Sul passou de estado com melhores práticas de controle da pandemia para a situação de caos hospitalar e alta proliferação de covid-19 em poucos meses.

Só quem é sócio tem um cartão que você usa, precisa e economiza.

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site [sinpro.rs.org.br/vantagem](http://sinpro.rs.org.br/vantagem) a relação completa de descontos nas empresas parceiras.





# Pátria: violência e reconciliação

*Algumas nações trataram sua experiência histórica em que foi preciso um acerto de contas com um passado povoado por mortos, por sofrimentos e por ilusões com respeito e consideração, permitindo que a verdade viesse à tona. Não foi esse o caso do Brasil, onde a anistia veio para que a verdade nunca fosse contada*

Fernando Aramburu é um escritor espanhol, de uma geração de escritores brilhantes, entre eles Arturo Pérez-Reverte Gutiérrez, que integram a chamada "Nova Narrativa Espanhola". Ele é autor de *Pátria* (Intrínseca, 512 p.), obra cujo pano de fundo é a violência praticada pelo ETA, sigla no idioma basco para "Pátria Basca e Liberdade" (*Euskadi Ta Askatasuna*), em sua luta pela autonomia do País Basco (*Euskal Herria*), região que engloba parte do norte da Espanha e do sudoeste da França.

O ETA, uma organização de esquerda, foi fundado em 1959, também como forma de resistência à ditadura de Franco que, por 40 anos, proibiu a cultura e a língua bascas. A grande maioria das ações armadas do grupo, entretanto, ocorreu no período de construção da democracia espanhola, o que revela uma concepção tradicional do marxismo, nunca equacionada pelos seus seguidores e que nos remete à ideia da "Revolução" como ruptura violenta.

Desde a morte de Franco, em 1975, até a extinção do ETA, em 2018, a organização foi responsável pela morte de 845 pessoas em execuções sumárias e atentados a bomba, o que lhe conferiu um perfil claramente terrorista. No conflito, o Estado espanhol mobilizou seu apar-

rato repressivo, mas essa resposta implicou também na prática de crimes, como a execução e tortura de militantes nacionalistas bascos e mesmo de simpatizantes não envolvidos em ações armadas, além das mortes resultantes da ação de grupos paramilitares, como os Grupos Antiterroristas de Liberación, uma espécie de milícia formada por policiais espanhóis e de organizações de extrema-direita, como o *Batallón Vasco-Español*, *Falange y Tradición* e *Guerilleros del Cristo Rey*. Estima-se que, desde as perseguições de Franco, mais de 200 mil pessoas tenham se exilado por conta do conflito.

*Pátria* conta parte dessa tragédia a partir da vida de duas famílias bascas. Uma delas, atingida brutalmente por um assassinato praticado pelo ETA, outra abalada pela prisão de um militante da organização. Com base na obra, o HBO lançou, em 2020, a série de mesmo nome, dirigida pelo talentoso Aitor Gabilondo, com atuações muito convincentes de todos os personagens, com destaque para as duas protagonistas do drama: a viúva Bittori, cujo marido, o empresário Txato, foi executado, e Miren, a mãe de Joxe Mari, ativista do ETA, que é preso.

O livro de Aramburu e os oito episódios da série nos oferecem uma síntese impressionante dos

Foto: HBO/Divulgação



"Pátria tem tudo a ver com os ideais de um movimento ainda pouco conhecido e valorizado no Brasil, a justiça restaurativa"

caminhos construídos pela insensatez político-ideológica. Vizinhos, amigos e mesmo familiares que sempre conviveram em paz são tensionados pela asfixiante polarização política, transmudando-se em inimigos jurados. O processo é rápido e ocorre na sequência de rituais de isolamento e exclusão daqueles que foram marcados como "inimigos". A eles, já não se concede a palavra e é preciso que saiam do país, ou que se preparem para o pior. Todos os laços de solidariedade e empatia antes existentes e todos os compromissos propriamente humanos se dissolvem na terra que já não pode compartilhar sequer seus túmulos.

O movimento interno da trama, o impulso que a conduz, está claramente vinculado à busca pela verdade. Para Bittori, é só o que importa. A expectativa de que os detalhes da execução do marido sejam finalmente conhecidos não diz respeito, como se poderia esperar, à vingança ou a uma demanda punitiva. A história, afinal, se passa após a deposição de armas pelo ETA, fato que já havia colocado fim à guerra. Restavam as feridas, entretanto. Como impedir que elas seguissem sangrando o chão da pátria com a incompreensão?

O que a experiência histórica parece mostrar é que o caminho

possível para a reconciliação exige o arrependimento e o perdão. Nesse particular, *Pátria* tem tudo a ver com os ideais de um movimento ainda pouco conhecido e valorizado no Brasil, a justiça restaurativa, o que é mais uma razão para ler a obra e/ou assistir à série.

Penso que *Pátria* diz algo sobre o Brasil também, e sobre qualquer experiência histórica em que foi preciso um acerto de contas com um passado povoado por mortos, por sofrimentos e por ilusões. Algumas nações trataram essas lembranças com respeito e consideração, permitindo que a verdade histórica viesse à tona. Não foi esse o nosso caso, como se sabe. No Brasil, a anistia veio, pelo contrário, para que a verdade nunca fosse contada.

O processo pelo qual se permite que o passado seja conhecido costuma ser doloroso, porque a verdade tem a mania de desagradar. As mentiras, nesse aspecto, são muito mais condescendentes e consolam com mais facilidade. O problema é que, com as mentiras, não há deslocamento possível, e os polos extremados pelo conflito se mantêm tensionados. Quando menos se espera, alguém atíça os rancores guardados, o choro contido, as frustrações reprimidas. Quando isso ocorre, o ódio retoma seu passeio macabro e os piores afiam suas facas.

**C**ruz missioneira pendurada ao pescoço, bombacha arremangada, pés descalços, violão ao colo, ele fala dos “gaúchos do mar” e sola as primeiras notas. Murmura sons como se imitasse gritos de quem se comunica no mar aberto, enquanto coloca a rede e, ao murmúrio, acompanham as notas do violão. E começa a cantar os versos de “Olha o Mar”.

Numa tarde de verão, em Tramandaí, durante um encontro de música regional, Telmo de Lima Freitas carrega o estigma de um missioneiro que olha para todos os lados, embora o chapéu tapeado, a bota e a bombacha larga exponham com força uma tipicidade. Só que ele enxergou longe e profundamente o que tinha para cantar e contar. Mergulhou na rudeza e na suavidade de uma linguagem xucra, raiz, aquarelou o olhar em letras e melodias cheias de personalidade. Foi Orfeu campeiro. Voz das gentes e seu ofício, dos campos e ventos, das águas e seus mananciais.

Telmo de Lima Freitas, nascido em São Borja no dia 13 de fevereiro de 1933 e falecido em 18 de fevereiro de 2021, aos 88 anos, é considerado pelo crítico Juarez Fonseca o maior compositor regional do Rio Grande do Sul. Significa, traduzido para o idioma português, o mesmo que Atahualpa raiz para a Argentina. Telmo cantou o campo a partir das vivências. Mirou e ouviu os sinais de um jeito autêntico, original. Os mesmos sinais dos “gaúchos do mar” no oceano aberto, dos pampeanos no horizonte largo, dos balseiros cruzando o rio, dos trabalhadores escandindo facas, estribos, laços, tesouras e enxadas.

Juarez lembra que Telmo jamais usou um clichê em suas composições – e é algo tão comum no apelo de alguns compositores regionais. Que foi um român-

▶ continua

## Telmo de Lima Freitas, o legado de um xucro poético



tico no trato do amor, um pintor de paisagens que falou do que conheceu e viveu. Junto com o fotógrafo Tude Munhoz e Ayrton dos Anjos, o *Patinete*, Juarez participou da produção do primeiro disco de Telmo, em 1983. Acompanhou-o nas edições da Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, um marco dos festivais. Viu versos e acordes de um compositor múltiplo, que tocava violão e gaita de um jeito próprio e variedade de ritmos, como a mazurca, a polca, a milonga e o xote.

O primeiro grande sucesso foi em 1971, justamente na primeira Califórnia: *Prece ao Minuano*. Oração ao vento pampeiro, ver-sejada em tom de súplica e devoção: *Vento minuano/Eu te peço que prossigas/ Nesta cantiga/ De fraterna comunhão*. A grande po-

pularidade veio com *Esquilador*, um marco dos festivais nativistas, música vencedora da 9ª Califórnia da Canção Nativa, em 1979. Foi no palco da cidade de Iona, em Uruguaiana, que a interpretação de Edson Otto e Os Cantores dos Sete Povos, devidamente caracterizados com avental de estopa e lenço atado na cabeça, levantou o público já no primeiro verso: *Quando é tempo de tosquia/ já clareia o dia com outro sabor/ e as tesouras cortam/em um só compasso/ enrijecendo o braço do esquilador*.

Música que demarca todo um uso próprio do linguajar campeiro e fronteiriço, com palavras muito próprias. *Alma branca igual ao vela, tosando a martelo, cambiar de sorte, simbronaço, pelo curtido* reúnem numa mesma canção um

Foto: Eduardo Rocha



Compositor, letrista e intérprete, Telmo popularizou o linguajar campeiro e fronteiriço com palavras muito próprias

vocabulário singular, único, terrunhamente identificado com seu chão. Mas havia chão e asas no que Telmo compunha. Ele retratou a essencialidade de gente simples com um requinte de nobreza. Poesia é quando a alma se enobrece

pela cor e pela aura da palavra. *O pulso é o fiel da balança/ empunhando a carneadeira/ rude e fiel companheira/ para qualquer puxirão*. Versos da música *Açougueiro*, quando se refere a Zé Grande, um hábil carneador.

## O último campeiro

Dessa cepa de refinamento poético e melódico, uma marca que os festivais nativistas trazem, há compositores de extrema originalidade demarcando clássicos do regionalismo. Entre eles, estão, por exemplo, Aparício Silva Rillo e Mário Barbará. Telmo foi o último dessa cepa, na opinião de Sergio

Rojas, compositor e arranjador que também fez história nos festivais. "Eu tenho uma desconfiança que o Telmo seja o último dessa cerne tradicional, verdadeiro, campeiro, autêntico do regionalismo do Rio Grande do Sul. Verdadeiro, aquele cara que vem do fundo do campo, que conhece o

campo. Ele é uma referência", diz Rojas.

Os que conviveram com ele, e o público em geral, dificilmente não lembrarão de versos que estão gravados para sempre. De verdadeiros clássicos que se tornaram algumas canções. "Telmo é o autor de clássicos do cancioneiro

gaúcho como *Cantiga de Ronda*, *Esquilador*, *Baile de Rancho*, entre outros. Foi o melhor compositor, o melhor CD Regional do Troféu Açorianos com *A Mesma Fuça*, em 2019, quando foi também o patrono da *Semana Farroupilha*", lembra a cantora Maria Luiza Benites, amiga pessoal de Telmo.

## Festivais e movimento

Mais do que a si mesmo, Telmo representa um movimento que se expressa nos festivais nativistas, onde as composições ganham refinamento nas letras e riqueza nas melodias. Saem de cena os ritmos fáceis e as rimas simplórias de Teixeira e Gildo de Freitas e entram letristas rebuscados, como Rillo, Luiz Coronel, Sérgio Napp, Colmar

Duarte, Antonio Augusto Ferreira e músicos da estirpe de Renato Borghetti, Luis Carlos Borges, Lúcio Yanel e Yamandu Costa. A eles se juntam grandes intérpretes, vozes que imortalizaram canções, como Leopoldo Rassier, César Passarinho, Fátima Gimenez, Loma e Maria Luiza Benitez. Mas entre todos esses, só um foi ao mesmo tempo

compositor, letrista e intérprete: Telmo de Lima Freitas.

E assim, todos lembrarão dele como o homem senhor de sua arte. Optou por morar num sítio em Cachoeirinha, perto de Porto Alegre. Cultivava o galpão, as cordas, o couro e algumas habilidades, como a de fazer botas garrão de potro. Fazia e vivia suas próprias

composições. *Abre o poncho dessa alma, prenda minha/ Que eu preciso me abrigar*, canta em *Prenda Minha*, composição clássica na qual, ao final de cada estrofe, repete o verso. Era uma marca registrada. Saborear a palavra, o som, e entregá-la novamente a quem ouve. Músicas que pareciam sempre pedir para ficar. E ficaram.



Fotos: Casa do Professor: Igor Sperotto

### Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?





O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: [sinpro.rs.org.br/casadoprofessor](http://sinpro.rs.org.br/casadoprofessor) | Reservas: (51) 4009.2988

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**CASA do PROFESSOR**  
Hotel



FRAGA

## Piores prioritários

O que não falta na pandemia são efeitos colaterais. Um dos mais letais é o que tornou o ego, esse insaciável, num insociável extremo. Além de exigir toda vida para si, quer a foice para os outros. É aí que a prioridade na vacinação torce o rabo.

Eles são bárbaros, os prioritários da vacina. Não os octogenários, nonagenários e centenários à beira da fatalidade, virótica ou não. Me refiro aos furadores das filas vacinadoras.

Os prioritários da ocasião pandêmica são umas belezuras de pessoas: muito mais jovens e bem mais sadios que os prioritários dos grupos de risco. Sua robustez é tanta que até sua arrogância parece que fez fisiculturismo.

Não é difícil reconhecer os prioritários sem prioridade: eles se agrupam por tipos, cada qual com sua imerecida reivindicação. São meio parecidos na motivação, pero diferentes nos seus apelos apelativos.

**Prioritários predestinados** – Querem ser vacinados primeiro porque se acham pró-digos, os eleitos divinos, embora Deus não vote em ninguém.

**Prioritários prepotentes** – Esses se dividem em prepotência financeira e prepotência social. São poderosos que usam o poder monetário ou o do você-sabe-com-quem-está-falando? Em meio a tantos impotentes, o dinheiro e o carteiraço ganham no braço. No caso, vacinado.

**Prioritários privilegiados** – Espalhados pelas câmaras federal, estaduais e municipais, eles já têm a imunidade maior, a parlamentar. Exigem, porém, antecipar a da vacina. Nem adianta apontar nomes, são todos imunes a críticas ou denúncias.

**Prioritários profissionais** – Não confundir com qualquer trabalhador comum. São classes e categorias que se julgam tão ou mais importantes que qualquer outra, até do que os profissionais da saúde. E usam a força corporativa para obter a preferência das seringas salvadoras.

**Prioritários praticantes** – São os furadores de filas contumazes. Isto é, aqueles longamente treinados na furação de quaisquer filas, seja no banco, no supermercado, no estacionamento. Por força do mau hábito, acham que seu lugar é antes de todo mundo.

**Prioritários precipitados** – São aqueles que apenas acham, inocentemente, que já é a sua vez de vacinar. Se enganam de data, erram o local dos postos. Atrapalham muito as filas porque são bastante numerosos.

Etc, a lista não acaba aqui. O brasileiro, criativo e abusado, sabe como burlar prioridades. Aliás, a prioridade anda tão desmoralizada no país que não ia ser um vírus mortal que iria moralizá-la, né?

Ilustração: Sica

PROGRAMAÇÃO  
ECARTAConfira a agenda  
cultural completa  
em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br).

## SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo *Youtube* | 18h6/3 – Monique Brito apresentará *Filha do Sol*.

Foto: Luis Ferreira/Divulgação

20/3 – Ro Bjerk e Ricardo Frago apresentam *Estrada*

Foto: Cláudio Santana

## ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca



Foto: Nathan Braga/Divulgação

16/3, 10h, Abertura da exposição *Onde é tudo o que conta*, do artista carioca Nathan Braga.

Visitação: até 18 de abril de 2020 (de terça a sexta-feira, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h).

## CULTURA DOADORA

8/3, 19h – Palestra sobre doação de órgãos na abertura da Semana de atividades do ano letivo do curso de graduação e técnico de enfermagem e psicologia da Escola Factum.

11/3, 19h – *Dia Mundial do Rim*, live com a médica Clotilde Druck Garcia, a estudante transplantada Fabiana Bender e a psicóloga e presidente da VIA Pró-Doações e Transplantes/ViaVida Maria Lucia Elbern.

15/3, 10h15 e 16h50 – Palestras sobre doação de órgãos para estudantes do ensino médio e fundamental da Escola Maria Imaculada, de Porto Alegre.



VERISSIMO

# Cabelos azuis

*Os cabelos azuis do código dos ricos significam o mesmo que significavam nas histórias em quadrinhos: são fronteiras bem definidas e intransponíveis de classe*

Quando as histórias de quadrinhos começaram a ser impressas em cores, notou-se que seus heróis ou tinham cabelos loiros ou, estranhamente, cabelos azuis. Vez que outra aparecia alguém de cabelo preto nas historinhas coloridas, mas era raro. O comum era o azul.

Não me lembro de, garoto, dar muita atenção ao fato. Era natural que, além dos seus poderes, os super-heróis também pudessem escolher a cor dos seus cabelos, inclusive o azul, por que não? Só anos mais tarde, me dei conta: cabelos pretos significavam que o personagem era negro ou latino, amarelo ou azul que o personagem era indiscutivelmente branco. Naquele tempo, na América, a distinção racial era importante. Continua sendo, mas confesso que sei pouco sobre o que os super-heróis de hoje têm na cabeça, e de que cor. Talvez ainda seja o azul.

Corte rápido. Li que, no ano-novo, o céu de Trancoso, na Bahia, se encheu de aviões particulares querendo descer, a ponto de criar um problema para as autoridades da Aeronáutica. Que, sem entender de hierarquia social e da lista da Forbes, não sabia a quem dar prioridade para o pouso. Felizmente, não houve uma tragédia, que eliminaria boa



parte do PIB nacional. O pessoal chegava a Trancoso para se divertir em várias aglomerações e quem aparecia com máscara era vaiado e chamado de maricas. Às festas atravessaram a noite de ano bom e qualquer um podia entrar, desde que mostrasse prova de ter sonegado impostos no ano que acabava e de saber a senha da elite brasileira. Que – isto pouca gente sabe – é “cabelos azuis”.

A senha não significa que a elite brasileira tenha cabelos permanentemente azuis que a identificam e garantem seus privilégios. Os cabelos azuis do código dos ricos significam o mesmo que significavam nas histórias em quadrinhos: são fronteiras bem definidas e intransponíveis de classe. E, se você protestar que estas fronteiras protegem uma elite criminosa na sua inconsciência, vai ver é por inveja das festas que eles dão. Sem falar nos aviões particulares.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



# Você é o nosso melhor argumento para a sindicalização

Você, que já é sócio do Sinpro/RS, conhece os benefícios de ter um Sindicato com a estrutura necessária para fazer a defesa dos interesses das professoras e dos professores. Para seguirmos em frente, precisamos ampliar ainda mais o número de associados. Identifique na sua instituição de ensino colegas que ainda não são sócios e faça o convite. Afinal, eles também usam os direitos que estão nas Convenções e nos Acordos Coletivos negociados pelo Sindicato. E o melhor para todos é fortalecermos esta luta juntos.

## Vamos premiar a sua participação!

Basta que os colegas que você convidou indiquem o seu nome como "Sindicalizador" no preenchimento da Ficha de Sindicalização, que está disponível em [www.sinprors.org.br/sindicalizacao](http://www.sinprors.org.br/sindicalizacao).



5 novos sócios,  
você ganha uma  
PASTA DE COURO



8 novos sócios,  
você ganha um  
SMARTPHONE



12 novos sócios,  
você ganha um  
NOTEBOOK

Fotos meramente ilustrativas  
Consulte regulamento da premiação em [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)

**SINPRO/RS**

**VOCÊ  
USA,  
VOCÊ  
PRECISA**

**SINDICALIZE-SE!**